



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Relatório de Desempenho 2020

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade

Fevereiro/2021

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO – TRE-MT

PRESIDENTE

Desembargador GILBERTO GIRALDELLI

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR ELEITORAL

Desembargador SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS

JUÍZES-MEMBROS

Doutor SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR

Doutor FÁBIO HENRIQUE RODRIGUES DE MORAES FIORENZA

Doutor BRUNO D'OLIVEIRA MARQUES

Doutor JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO

Doutor GILBERTO LOPES BUSSIKI

CORPO TÉCNICO-DIRETIVO

DIRETORIA GERAL

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO

SECRETARIA JUDICIÁRIA

BRENO ANTONIO SIRUGI GASPAROTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

TÂNIA YOSHIDA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

VALMIR NASCIMENTO MILOMEM SANTOS

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LUIS CÉZAR DARIENZO ALVES

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

A elaboração e a implantação do PLS/TRE-MT, instituído pela Resolução TRE-MT nº 2.323, de 5/6/2019, é resultado do trabalho conjunto do Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade, vinculada à Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN), em interação com as unidades responsáveis pelos temas do Plano de Logística Sustentável.

CONTEÚDO

Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (ASPLAN)

REDAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COLETA DE DADOS

Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade

MATERIAIS DE CONSUMO

Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Material e Patrimônio

IMPRESSÃO E EQUIPAMENTOS INSTALADOS

Secretaria de Tecnologia da Informação
Coordenadoria de Infraestrutura Computacional

TELEFONIA, ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, REFORMAS, LIMPEZA, VIGILÂNCIA, VEÍCULOS, COMBUSTÍVEL

Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Serviços Gerais

GESTÃO DE RESÍDUOS

Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Serviços Gerais
Secretaria de Tecnologia da Informação
Coordenadoria de Infraestrutura Computacional
Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Assistência Médica e Social

QUALIDADE DE VIDA

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Assistência Médica e Social
Núcleo de Qualidade de Vida no Trabalho

CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Material e Patrimônio

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
DEFINIÇÃO E OBJETIVOS	5
METODOLOGIA	5
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	5
RESULTADOS ALCANÇADOS	6
Materiais de consumo	7
Impressão e equipamentos instalados	14
Energia elétrica	16
Água e esgoto	18
Gestão de resíduos	20
Reformas	23
Telefonia	25
Limpeza	28
Vigilância	30
Veículos	32
Combustível	34
Qualidade de vida no trabalho	36
Capacitação	38
Contratações sustentáveis	40
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO	42
AÇÕES PARA 2021	43
CONCLUSÃO	44

APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) encerra o segundo ciclo de monitoramento do seu Plano de Logística Sustentável (PLS/TRE-MT) e apresenta os resultados neste relatório.

O ano de 2020, em todo o mundo e em todas as esferas, sejam públicas ou privadas, infelizmente foi marcado pela eclosão da pandemia do coronavírus (Covid-19), fator principal que impactou o resultado institucional em vários indicadores, uma vez que em um curtíssimo prazo o Tribunal precisou viabilizar a mudança de paradigma na forma da prestação de serviços, passando do modelo presencial para o remoto.

Em linha com o compromisso com a sociedade, o meio ambiente e o público interno, o TRE-MT se engajou na luta para mitigar os efeitos dessa pandemia, a maior dos últimos 100 anos.

O TRE-MT agiu rapidamente instituindo o Gabinete Extraordinário de Gestão Integrada – Covid-19 (GAEGI) e foram adotadas uma série de medidas para preservar a saúde dos eleitores, candidatos, advogados, magistrados, servidores, funcionários terceirizados e fornecedores. As iniciativas estão de acordo com os protocolos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços para mitigar os riscos da doença.

Foi determinante a gestão participativa e humanizada, com especial atuação das equipes de suporte das áreas de tecnologia da informação e infraestrutura, que dispuseram ao corpo técnico todas as condições para a efetiva continuidade da prestação dos serviços e execução dos atos preparatórios para a realização da Eleição Municipal e da Eleição Suplementar para o cargo vago de Senador da República em Mato Grosso, decorrente da cassação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do mandato da ex-senadora Selma Arruda (Podemos), e de seus dois

suplentes, por caixa dois e abuso do poder econômico na campanha de 2018.

Apesar dos complexos desafios postos, com milhares de pessoas envolvidas no apoio logístico e milhões de eleitores nas mais diversas regiões, com locais de difícil acesso e aldeias indígenas em plena pandemia, faz-se imprescindível registrar que as eleições foram realizadas de forma segura, célere e transparente, garantindo ao cidadão-eleitor as condições estruturais, administrativas e sanitárias para que pudesse exercer seu direito de votar e ser votado.

Com foco na transparência, integridade de dados e aperfeiçoamento contínuo da gestão do consumo e dos gastos de custeio, o relatório demonstra que o TRE-MT prosseguiu no propósito incessante por melhores resultados mesmo diante do cenário restritivo da pandemia.

A confiança na capacidade de superação de desafios fez com que o Tribunal alcançasse resultados extremamente positivos no ano de 2020, como a conclusão das instalações da mini usina fotovoltaica na sede do TRE-MT e das 8 micro usinas nos cartórios eleitorais do interior com sede própria.

Por outro lado, alguns contratos que normalmente já sofrem majoração nos anos eleitorais tiveram sobrecarga ainda maior para que fossem atendidos todos os protocolos sanitários e de distanciamento visando conter a proliferação do vírus, a exemplo dos contratos de limpeza e de telefonia.

Outro fator que impactou significativamente a execução do PLS/TRE-MT foi a questão do orçamento cada vez mais reduzido, dada a fragilidade econômica vivenciada pelo país e pelo mundo, representando maior restrição para a execução de programas e projetos institucionais. Em que pese o cenário de escassez, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e

amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas tenciona colaborar efetivamente para tornar os processos decisórios mais eficientes e objetivos, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos próprios gestores e ao público em geral.

Esta edição traz, assim, dados comparativos entre os anos de 2020 e 2018, em observância ao preceito da Resolução TSE nº 23.474/2016, que estabelece em seu art. 25 a necessidade de criação de duas séries históricas, levando-se em consideração os anos eleitorais e os anos não eleitorais, devido às particularidades da Justiça Eleitoral.

Não obstante o contexto adverso para a realização das atividades judiciais e administrativas, o TRE-MT continua perseguindo a sua premissa básica: a excelência no atendimento às demandas da sociedade. E agrega a isso a redução dos impactos socioambientais das suas atividades, a partir da consciência de que é necessário buscar novas formas de gerir os recursos públicos.

Desembargador **GILBERTO GIRALDELLI**

Presidente TRE-MT

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Instituído no âmbito do Poder Judiciário pela Resolução CNJ nº 201, de 3 de março de 2015, o Plano de Logística Sustentável (PLS) é um instrumento de gestão vinculado ao planejamento estratégico que define ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento das práticas de sustentabilidade que objetivam a eficiência do gasto e o aperfeiçoamento dos processos de trabalho.

A referida resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também define que, após a publicação do seu PLS, cada órgão do Poder Judiciário elabore relatórios de desempenho anuais com a consolidação dos resultados alcançados e a evolução do desempenho dos indicadores.

METODOLOGIA

O PLS/TRE-MT foi construído coletivamente pelo Núcleo Estratégico Socioambiental (NESA), instância de apoio à governança criada pela Resolução TRE-MT nº 1.719/2016, em interação com unidades administrativas competentes, utilizando-se das experiências pregressas do Órgão, elegendo, assim, as ações que compõem os planos de ação e as respectivas estratégias de atuação para as áreas temáticas.

As metas para o período de 2019 a 2021 foram propostas pelas áreas gestoras, com base em tendências das séries históricas disponíveis, notadamente no que se refere aos dados do “Índice de Economicidade”¹, que integrava o rol de indicadores componentes do Planejamento Estratégico do ciclo 2010-2015.

¹ O **Índice de Economicidade (indicador opcional do PEJE - Resolução TSE nº 23.371/2012)** avaliava os resultados dos seguintes itens: água (em m³), energia elétrica (em KW), telefonia (em Reais), papel (em resmas) e combustível (em

Nesse sentido, cabe às unidades responsáveis pela organização dos dados que compõem os indicadores do PLS/TRE-MT a responsabilidade de mantê-los atualizados por meio de planilhas de Excel, observada a apuração mensal e anual, de acordo com o Glossário da Resolução CNJ nº 201/2015.

Ao recém-criado Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade incumbiu, nos termos da Resolução TRE-MT nº 2.350/2019, alterada recentemente pela Resolução TRE-MT nº 2.533/2020, acompanhar e revisar os dados informados pelas unidades do Tribunal, além de informá-los aos órgãos de controle externo.

O monitoramento de ações, projetos e iniciativas que repercutam nos resultados dos indicadores de desempenho relativos à sustentabilidade e à acessibilidade, com a proposição de ajustes das metas, será impulsionado pela ASPLAN a partir do corrente ano de 2021, dada a recente absorção do Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade pela unidade.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O PLS/TRE-MT foi concebido como parte do Planejamento Estratégico do TRE-MT, pois dentre os princípios institucionais do Plano 2016-2021, destaca-se a Responsabilidade Socioambiental.

Consolida-se, portanto, como importante instrumento estratégico, pois materializa o valor **Sustentabilidade** e propulsiona a adoção de práticas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas na gestão da Instituição, a serem implementadas até dezembro de 2021,

litros), com o objetivo de medir a variação dos valores gastos em diversas despesas operacionais do tribunal e buscar alternativas de racionalização.

contribuindo para a boa *performance* do plano estratégico do Tribunal, dos resultados do segmento da Justiça Eleitoral, e, maiormente, com as políticas voltadas à concretização da estratégia nacional do Poder Judiciário, que cada vez mais tem institucionalizado suas atividades aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que integram a Agenda 2030.

Integrar a Agenda 2030 no Poder Judiciário é a Meta Nacional 9 do Poder Judiciário Brasileiro, que reflete uma forma inovadora de analisar os dados e criar movimentos por meio de planos de ação dos Tribunais para potencializar a interação do Judiciário com a Sociedade Brasileira, visando a desjudicialização e a prevenção de litígios de forma pacífica.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O presente relatório apresenta os resultados do desenvolvimento das ações, medição dos indicadores e cumprimento das metas que foram estabelecidas no Plano de Logística Sustentável do TRE-MT, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2020, tomando como referência a comparação com o ano eleitoral de 2018, em conformidade com a Resolução TSE nº 23.474/2016. Contém também breve análise sobre o desempenho dos indicadores, as justificativas para o não alcance das metas, bem como a implementação das ações previstas no PLS/TRE-MT.

A coleta de dados foi feita mensalmente, durante o ano de 2020, pelo Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade.

A periodicidade indicada (mensal ou anual) refere-se ao modelo planejado pelo CNJ para apuração dos dados. Os números informados neste relatório em cada indicador refletem a posição anual, mesmo que a apuração indicada seja mensal. Para os indicadores calculados em relação à área do órgão, foi considerada a área de 24.809,47 m².

A seguir serão apresentados os resultados dos indicadores, organizados em consonância com os 9 eixos temáticos do PLS/TRE-MT:

	Tema	Grupo de Indicador
1	Uso eficiente de insumos e materiais	Papel
		Copos descartáveis
		Água envasada
		Impressões
2	Energia elétrica	Energia elétrica
3	Água e esgoto	Água e esgoto
4	Gestão de resíduos	Resíduos
5	Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial	Leiaute
		Telefonia
		Limpeza
		Vigilância
6	Deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes	Veículos
		Combustível
7	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Qualidade de vida no trabalho
8	Sensibilização e capacitação contínua da força de trabalho	Capacitação
9	Emprego de critérios de sustentabilidade nas contratações do TRE-MT	Contratações sustentáveis

TEMA 1: USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS**Grupo I – PAPEL**

Justificativa: Otimizar o processo de aquisição e uso de papel, incluindo critérios de sustentabilidade, notadamente em razão da implantação do Processo Administrativo Eletrônico (PAe) e do Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Meta: Diminuir o consumo geral de papel

Base histórica - Consumo de papel (resmas)

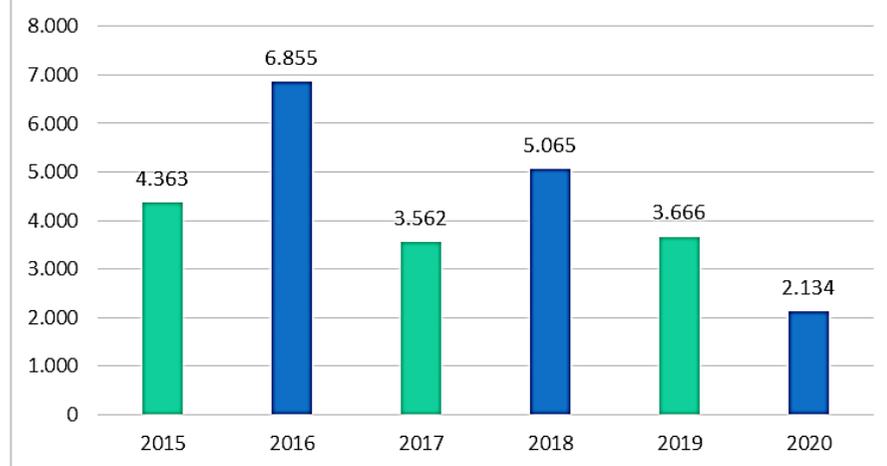
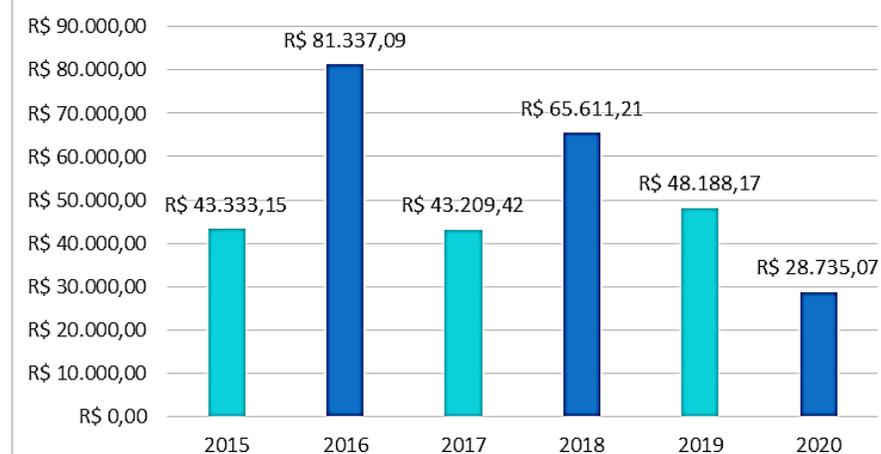
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
8.268	4.977	8.641	6.584	6.394	4.363	6.855	3.562	5.065	3.666	2.134

Fonte de dados

Sistema ASI

Meta 2019 a 2021

Reduzir o consumo em 5% ao ano, observada a série histórica correlata (art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)

Consumo de papel (resmas A4)**Gastos com papel (R\$)**

Grupo I – PAPEL	
Item	Planos de Ação 1 e 3
1	Implantar o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) no 1º grau (ação 3.1)
2	Reduzir o consumo do papel e suprimentos de impressão (ação 1.1)
3	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 1.2)
Resultados Alcançados / Desafios:	

Os dados da série história de consumo disponível entre 2010 e 2014 decorrem da adoção do “Índice de Economicidade” no Planejamento Estratégico do ciclo 2010-2015 (indicador opcional do PEJE - Resolução TSE nº 23.371/2012).

Integram o quantitativo da série histórica papel A4 branco, A4 reciclável, A4 coloridos (rosa, verde, amarelo e azul), papel duplo-carta para fotocopadora (resmas com 500 folhas), sendo excluídos os referentes às resmas com 50 folhas. Este grupo de indicadores impacta e é impactado diretamente pelo grupo de impressão, em face do contrato de *outsourcing*.

O papel é item que mede, de certa forma, a interatividade do corpo funcional com os sistemas digitalizados de processos de trabalho.

Desde a implantação do Processo Administrativo Eletrônico (PAe), em 26/12/2012, o consumo de papel tem se comportado de forma regressiva. Ao se comparar os dados de consumo de papel entre 2012 e 2015, verifica-se uma redução de praticamente -50%.

Houve uma variação a maior de +3% no consumo de papel entre os dois exercícios financeiros não eleitorais (2017 e 2019), mostrando a estabilização na utilização deste produto no TRE-MT.

Alguns fatores como a aceleração da revisão biométrica em Mato Grosso no exercício 2019, com o aumento da demanda para uso de papéis no atendimento aos eleitores certamente podem ter contribuído para o não cumprimento da meta.

Nada obstante, o TRE-MT passou a ter processos 100% digitais desde **22/10/2019**.

A implantação do sistema processo judicial eletrônico (PJe) na 1ª instância na citada data, em expansão aos benefícios já experimentados pela utilização do processo administrativo eletrônico (PAe), do sistema de informações SEI! e do processo judicial eletrônico (PJe) no âmbito da 2ª instância, fez com que a meta de redução de consumo geral de papel fosse cumprida no ano de 2020, superando significativamente o resultado de 2018 (-57,87%), bem como no consumo específico de papel não-reciclado (-57,33%) e reciclado (-78,74%).

TEMA 1: USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS**Grupo II – COPOS DESCARTÁVEIS**

Justificativa: Otimizar o processo de aquisição e uso de copos descartáveis, em face da geração de resíduos do consumo, e orientar a Instituição para mudanças no comportamento e cultura de consumo

Meta: Diminuir o consumo de copos descartáveis

Base histórica - Consumo de copos descartáveis de 200 ml (água)

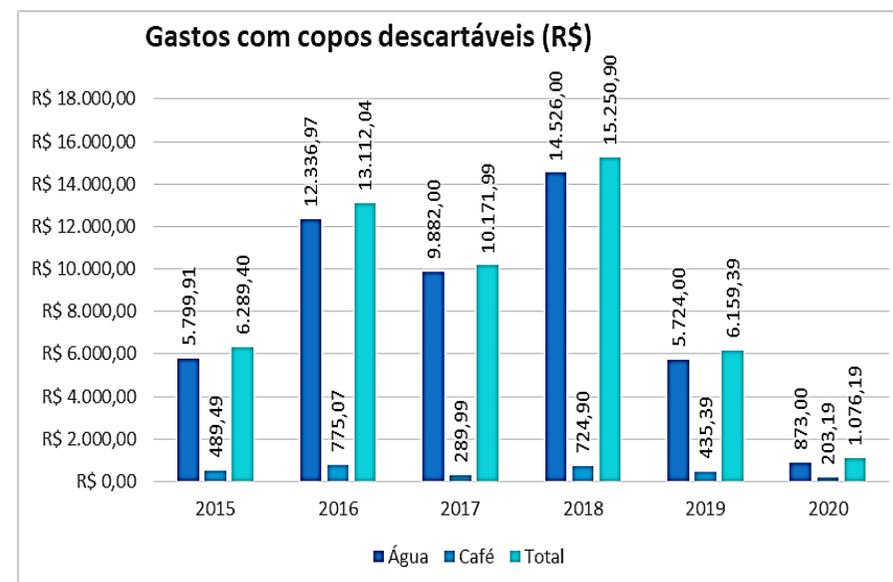
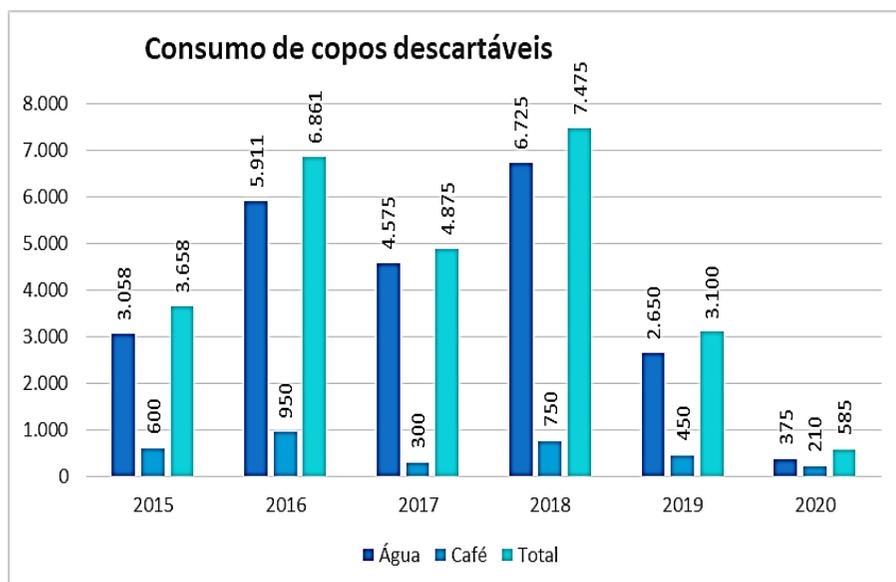
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.741	2.430	3.682	2.360	3.060	3.058	5.911	4.575	6.725	2.650	375

Base histórica - Consumo de copos descartáveis de 50 ml (café)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1887	512	931	650	950	600	950	300	750	450	210

Fonte de dados	Meta 2019 a 2021
Sistema ASI	Reduzir o consumo em 5% ao ano, observada a série histórica correlata (art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)

Item	Plano de Ação 4
1	Substituir o uso de copos descartáveis por dispositivos retornáveis duráveis, recicláveis ou biodegradáveis (ação 4.1)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 4.3)



Grupo II – COPOS DESCARTÁVEIS

Item	Plano de Ação 4
1	Substituir o uso de copos descartáveis por dispositivos retornáveis duráveis, recicláveis ou biodegradáveis (ação 4.1)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 4.3)

Resultados Alcançados / Desafios:

Mensurar a redução do uso de copos descartáveis é importante devido ao seu significativo e evitável impacto ambiental. Para cada copo de plástico produzido são necessários 3 litros de água, enquanto para lavar um copo de vidro são necessários apenas 300 ml de água.

A análise dos indicadores demonstra a considerável redução na utilização dos copos descartáveis para o consumo de água e o aumento do uso do copo de café, quando se compara os exercícios não eleitorais de 2017 com 2019. O TRE-MT tem o desafio de envidar mais esforços na conscientização dos servidores para que utilizem as canecas de vidro adquiridas no final de 2018 em lugar dos copos plásticos.

Os resultados alcançados em 2020 podem ser atribuídos, maiormente, à adoção do trabalho remoto e à utilização de novos protocolos de higiene no ambiente de trabalho em função da pandemia da Covid-19 (redução de **-94,42%** no consumo dos copos de água e de **-72%** no de café, em comparação com os quantitativos consumidos em 2018).

TEMA 1: USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS**Grupo III – ÁGUA ENVASADA**

Justificativa: Otimizar o processo de aquisição e uso de água envasada em embalagens plásticas descartáveis, incluindo critérios de sustentabilidade

Meta: Diminuir o consumo de água engarrafada

Base histórica - Consumo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável (unidade)

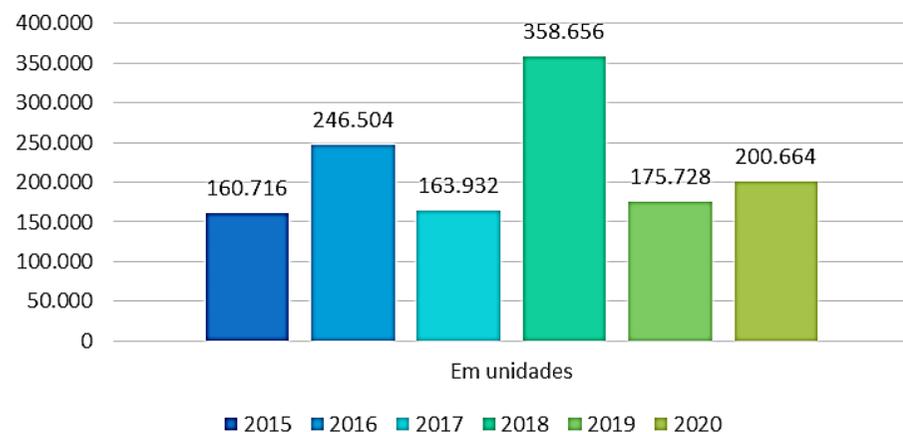
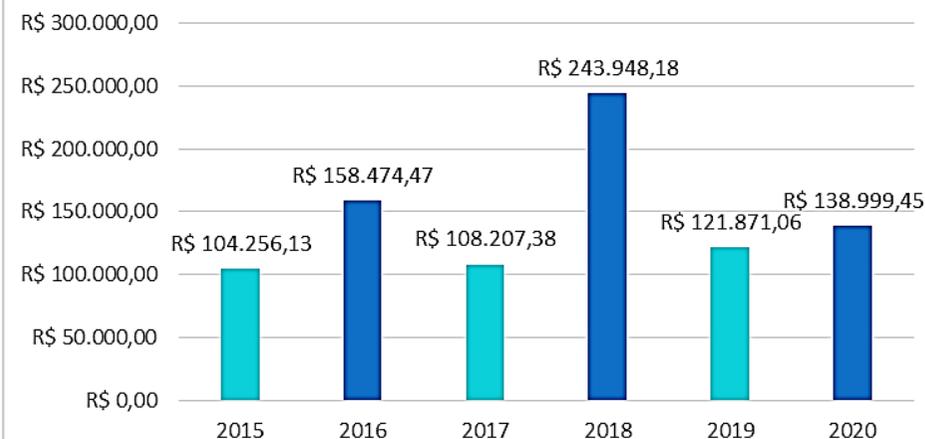
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
227.676	130.836	205.680	139.440	238.164	160.716	246.504	163.932	358.656	175.728	200.664

Fonte de dados

Sistema ASI

Meta 2019 a 2021

Reduzir o consumo em 2% ao ano, observada a série histórica correlata
(art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)

Consumo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável**Gastos com água mineral envasada em embalagem plástica descartável (R\$)**

Grupo III – ÁGUA ENVASADA

Justificativa: Otimizar o processo de aquisição e uso de água envasada em embalagens plásticas descartáveis, incluindo critérios de sustentabilidade

Meta: Diminuir o consumo de água engarrafada

Base histórica - Consumo de água mineral envasada em embalagem plástica retornável (unidade)

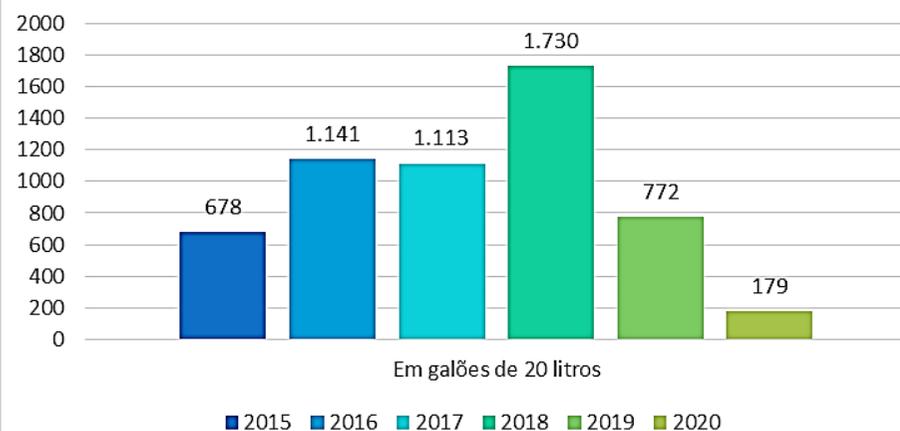
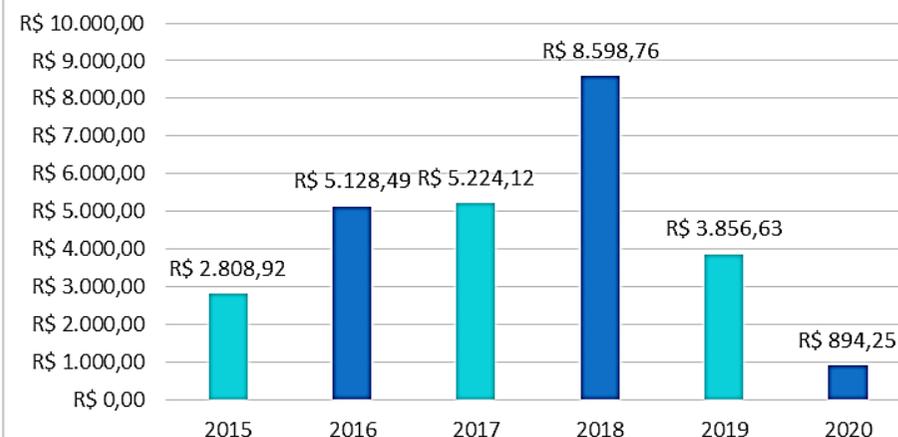
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EC	EC	201	225	209	213	1.141	1.113	1.730	772	179

Fonte de dados

Sistema ASI

Meta 2019 a 2021

Reduzir o consumo em 2% ao ano, observada a série histórica correlata
(art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)

Consumo de água mineral envasada em embalagem plástica retornável**Gastos com água mineral envasada em embalagem plástica retornável (R\$)**

Grupo III – ÁGUA ENVASADA	
Item	Plano de Ação 4
1	Substituir o consumo de água envasada em recipientes plásticos de 500 ml por garrafas de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros (ação 4.2)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 4.3)

Resultados Alcançados / Desafios:

Figura como desafio para a JE-MT, reduzir em 2% ao ano o consumo de água envasada no âmbito das unidades integrantes da Instituição.

O impacto do consumo de água em garrafas plásticas de 500 ml é financeiro e ambiental. Além da produção de resíduos, parte dessas garrafas costumam ser descartadas contendo ainda água potável em seu interior e o valor do litro de água na garrafa de 500 ml é 343% mais caro que o litro da água do garrafão.

No exercício de 2019 houve um acréscimo de +7% no consumo de água envasada em embalagem plástica descartável e uma redução em -31% da utilização de água em garrafas, quando se compara o consumo em anos não eleitorais.

Justifica-se esse acréscimo ocorrido em 2019 e que contribuiu para o aumento do consumo de água envasada no TRE-MT os eventos do projeto SOLETRE; os estágios finais da revisão biométrica em Cuiabá e Várzea Grande com grande afluxo de eleitores na Casa da Democracia; o trânsito de profissionais para o tratamento e armazenagem de documentos; o trânsito elevado de colaboradores terceirizados para implantação da usina fotovoltaica no edifício-sede e da Casa da Democracia.

Contudo, no final daquele exercício, bebedouros foram instalados em todos os andares do edifício sede para a utilização de garrafas de 20 litros, seguindo a premissa da Administração Superior, visando reduzir e extinguir paulatinamente, a distribuição e o consumo de água envasada em recipientes descartáveis.

Tramita no sistema PAe nº 4463/2019 licitação para registro de preços de purificadores de água, os quais seriam instalados no exercício de 2020 nas edificações do TRE-MT, incluindo os cartórios eleitorais do interior de Mato Grosso, no entanto, referido processo foi suspenso em função da pandemia da Covid-19.

O objetivo é reduzir a zero o consumo de água envasada, com vista à obtenção de medida adequada ao consumo sustentável preconizado pela legislação vigente e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 6 da Organização das Nações Unidas – Água Potável e Saneamento.

O monitoramento dos dados de consumo e a informação ao corpo funcional está em ação na atual gestão que pretende adotar o almoxarifado virtual, ferramenta que promoverá um controle mais eficaz e inteligente das aquisições de materiais de expediente, inclusa a possibilidade de assinatura digital externa de documentos de empresas, reduzindo a impressão de contratos, termos aditivos e outros documentos.

Em 2020, em que pese o período eleitoral, nos quais sempre houve, historicamente, elevado consumo de água em garrafas plásticas de 500 ml, foi detectada significativa redução do consumo de água envasada, sendo **-44,05%** de embalagem plástica descartável e **-89,65%** de água em garrafas de 20 litros, em comparação ao exercício de referência 2018, contexto que se reputa, maiormente, ao cenário pandêmico.

TEMA 1: USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS**Grupo IV – IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS****Justificativa:** Promover e difundir práticas de ecoeficiência dos materiais utilizados para impressão de documentos**Meta:** Diminuir o consumo de materiais utilizados para impressão de documentos**Base histórica - Quantidade de páginas impressas**

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EC	EC	4.700.000	3.000.000	3.221.331	2.599.110	3.494.426	2.049.986	2.942.158	1.993.757	1.172.245

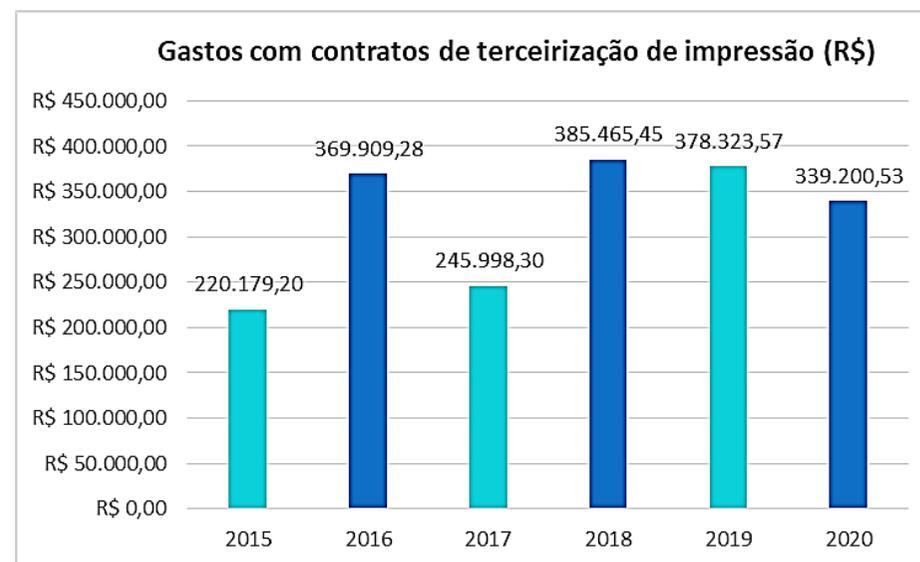
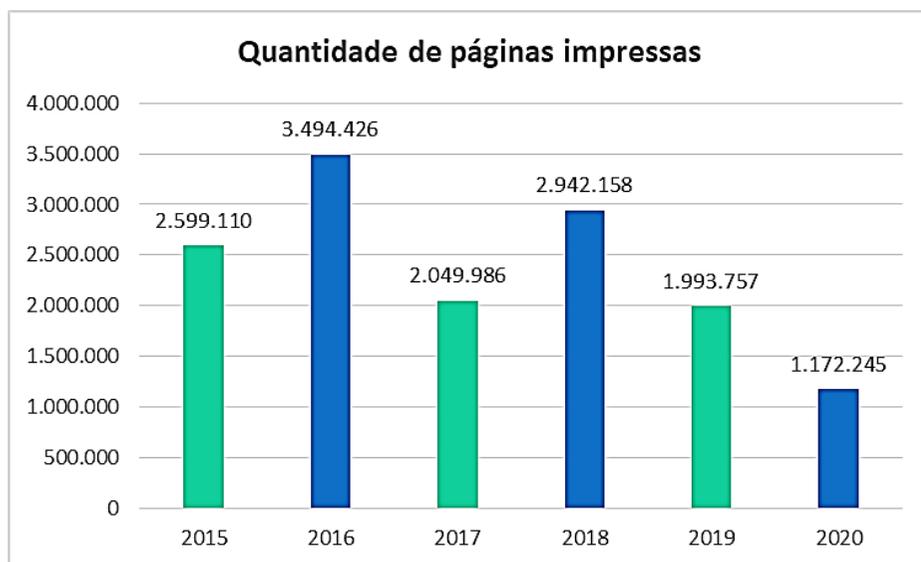
Base histórica - Quantidade de equipamentos de impressão

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EC	EC	201	225	209	227	258	258	181	190	189

Fonte de dadosFaturas e relatórios do contrato de *outsourcing* / Sistema ASI**Meta 2019 a 2021**

Manter o número de equipamentos de impressão e reduzir o consumo de impressão em 5% ao ano, observada a série histórica correlata (art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)

Item	Planos de Ação 2 e 3
1	Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos (ação 2.1)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 2.2)
3	Implantar o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) no 1º grau (ação 3.1)
4	Impulsionar o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor atendimento, gerenciamento e controle de demandas (ação 3.2)
5	Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão (ação 3.3)
6	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 3.4)



Grupo IV – IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS

Resultados Alcançados/Desafios:

O sistema de *outsourcing* foi implantado no âmbito do TRE-MT a partir do ano de 2009, por meio do Contrato nº 57/2008 (PA SADP nº 14.743/2008).

Quanto à ação de implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) no 1º grau, as atividades planejadas foram executadas e culminaram com a implantação integral do sistema PJe em todas as zonas eleitorais do Estado de Mato Grosso em **22/10/2019**. Assim, o TRE-MT passou a ter processos 100% digitais, ação que foi iniciada em **26/12/2012**, com a implantação do sistema de processo administrativo virtual PAe, oriundo do TRE-PR. Esta ação impactou diretamente no indicador consumo de papel, quantidade de impressões, quantidade de equipamentos de impressão e gastos com contratos de terceirização de impressão no ano eleitoral de 2020. Para atingimento das metas, a primeira medida foi a de publicar na intranet do TRE-MT o consumo de impressão por unidade administrativa, que pode ser acessado no endereço eletrônico: <http://intranet.tre-mt.gov.br/unidades/sti/ciec/outsourcing-2019>, onde é possível comparar e observar os quantitativos por unidade.

O regime de teletrabalho, implantado no TRE-MT desde o 2º semestre de 2019, no formato de projeto piloto, propiciou a experiência necessária para a adoção do trabalho remoto em função da pandemia da Covid-19. O Tribunal possui contratação vigente para a certificação digital, a fim de que todos os servidores possam fazer uso da assinatura digital. Essa ação impactou os indicadores de consumo de papel, quantidade de impressão (redução de **-60,16%**) e gastos com contratos de terceirização de impressão (**-12%**). A quantidade de equipamentos de impressão foi quase que mantida em 2020 (189 frente aos 181 de 2018 = **+4,42%**). O atual modelo de contratação não permite a verificação do volume de descarte e de reaproveitamento. Essa medida constitui meta para os próximos exercícios. Ainda está pendente a criação de canais de incentivo para que os usuários proponham melhorias nos processos de trabalho e ferramentas virtuais utilizadas pelo Tribunal.

TEMA 2: ENERGIA ELÉTRICA**Grupo V – ENERGIA ELÉTRICA****Justificativa:** Racionalizar o consumo e promover o uso consciente de energia elétrica**Meta:** Diminuir o consumo de energia elétrica**Base histórica - Consumo de energia elétrica (kWh)**

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2.348.881	1.949.361	2.281.920	1.964.261	2.154.093	1.915.298	2.054.512	2.034.542	2.340.574	2.275.599	1.536.154

Base histórica – Gastos com energia elétrica (R\$ - valor nominal)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EC	EC	EC	EC	EC	1.372.446,49	1.556.430,57	1.517.600,33	1.919.007,12	1.937.376,42	1.338.751,84

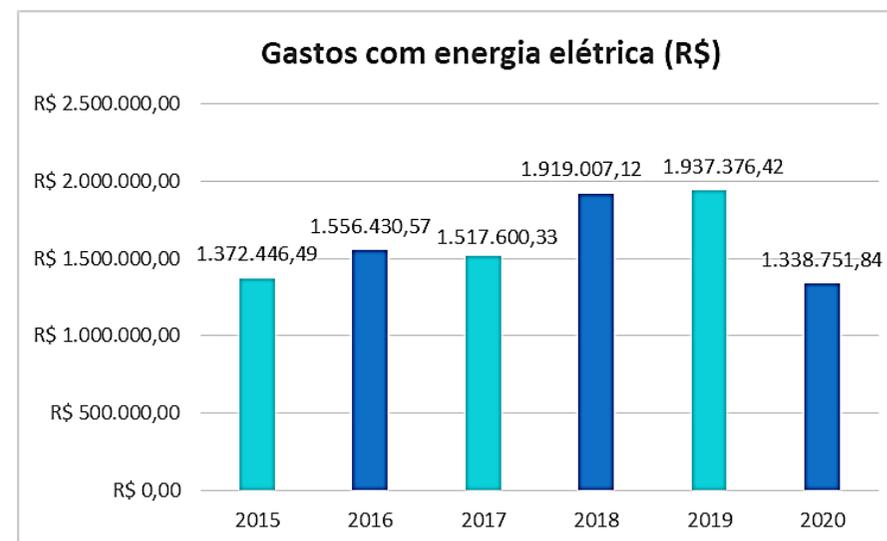
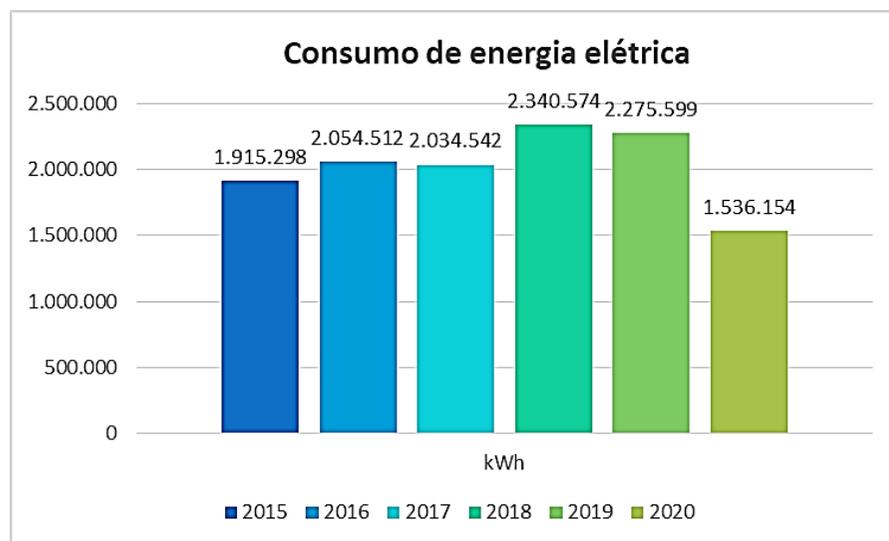
Fonte de dados

Faturas e relatórios de consumo de energia elétrica

Meta 2019 a 2021

Reduzir o consumo em 2% ao ano, observada a série histórica correlata (art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)

Item	Plano de Ação 6
1	Realizar diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para impulsionar o consumo racional de energia (ação 6.1)
2	Manter o contrato de energia elétrica adequado à real demanda (ação 6.2)
3	Adquirir materiais e equipamentos com critérios de eficiência energética (ação 6.3)
4	Implementar soluções que tragam eficiência energética às edificações (ação 6.4)
5	Implementar solução que permita o desligamento de computadores que foram deixados ligados fora do expediente pelos colaboradores (ação 6.5)
6	Garantir que as novas edificações tenham etiquetagens de eficiência energética (Selo Procel Edificações "A") (ação 6.6)
7	Implantar usinas de energia fotovoltaica (ação 6.7)
8	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 6.8)



Grupo V – ENERGIA ELÉTRICA

Resultados Alcançados / Desafios:

Os dados da série história de consumo disponível entre 2010 e 2014 decorrem da adoção do “Índice de Economicidade” no Planejamento Estratégico do ciclo 2010-2015 (indicador opcional do PEJE - Resolução TSE nº 23.371/2012).

O TRE-MT realiza contrato de fornecimento de energia Horaria Verde, com estabelecimento de tarifa horosazonal, horário de ponta (17h30’ às 20h30’) com demanda contratada de 750 kW (ação 6.1 e 6.2). No exercício 2019 foram adquiridos materiais elétricos com critério de eficiência energética (lâmpadas LED, sensores de presença etc.), os quais começaram a ser instalados no 1º trimestre de 2020 (ação 6.3 e 6.4, que integram o Programa de Eficiência Energética do Tribunal). Até o final de 2020, 900 lâmpadas fluorescentes foram substituídas por LED, de um total de 4.700 unidades (execução de 20%).

Foi implantada em fevereiro de 2020 a mini usina fotovoltaica no prédio-sede do Tribunal, com recebimento definitivo em março de 2020. Esse investimento será responsável pela produção de 140.000 kWh por mês, além da instalação de 8 micro usinas fotovoltaicas para geração de 20kWp (+10%) GridTie, nos cartórios da 46ª, 43ª, 9ª, 21ª, 8ª, 24ª, 15ª e 34ª, respectivamente sediados em Rondonópolis, Sorriso, Barra do Garças, Lucas do Rio Verde, Alto Araguaia, Alta Floresta, São Félix do Araguaia e Chapada dos Guimarães, os quais estão instalados em imóveis da União, destinados para a Justiça Eleitoral. Essas mini usinas gerarão 2.500 kWh mensal cada uma delas (ação 6.7). Aplicação de 5,3 milhões com retorno em no máximo 5 anos. Economia de 24 milhões em 20 anos. 924 créditos de carbono. Salvamento de 82,5 hectares de árvores. Estas ações impactam nos indicadores de consumo e gasto com energia elétrica constantes dos itens 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4.

Houve significativa redução no consumo de Kwh comparando-se o consumo dos exercícios eleitorais, 2018 e 2020 (redução de **-34,37%**), repercutindo em economia inicial da ordem de **-30,24%** nos gastos. O monitoramento dos dados de consumo e informação ao corpo funcional está em processo de implantação.

TEMA 3: ÁGUA E ESGOTO**Grupo VI – ÁGUA E ESGOTO****Justificativa:** Racionalizar o consumo e promover o uso consciente da água**Meta:** Diminuir o consumo de água**Base histórica - Volume de água consumido (m³)**

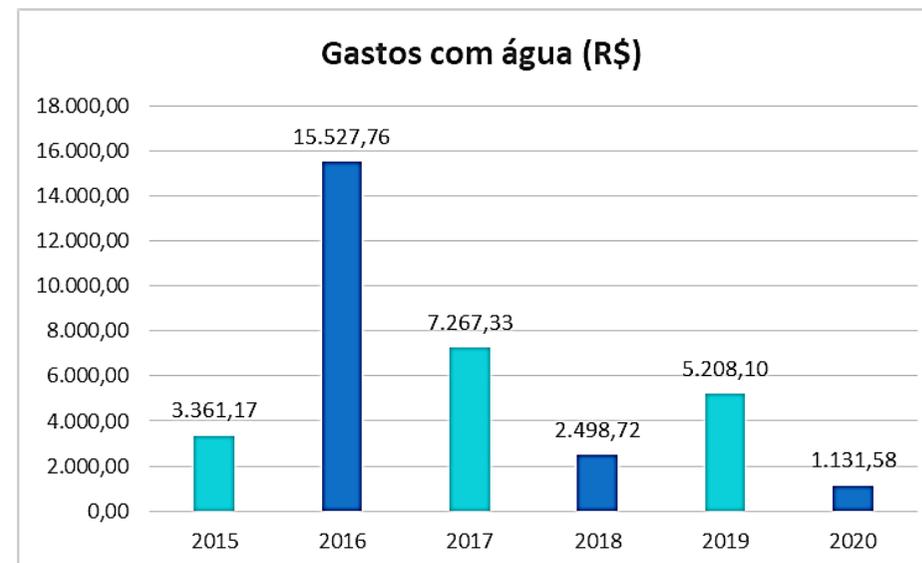
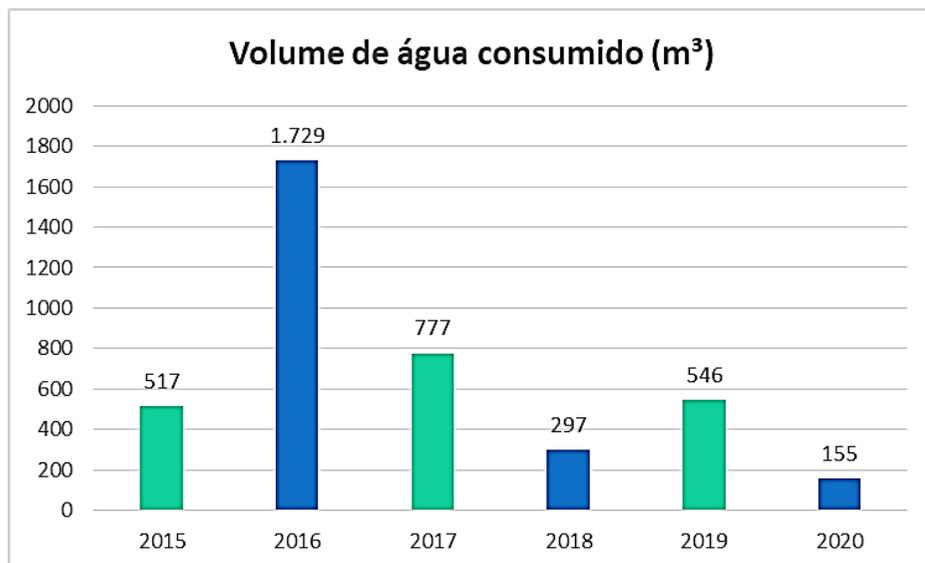
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.926	1.685	1.884	2.591	1.022	517	1.729	777	297	546	155

Base histórica – Gastos com água (R\$ - valor nominal)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EC	EC	EC	EC	EC	3.361,17	15.527,76	7.267,33	2.498,72	5.208,10	1.131,58

Fonte de dados	Meta 2019 a 2021
Faturas e relatórios de consumo de água	Reduzir o consumo em 2% ao ano, observada a série histórica correlata (art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)

Item	Plano de Ação 7
1	Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas (ação 7.1)
2	Realizar manutenções preditivas e preventivas nas instalações e equipamentos hidráulicos (ação 7.2)
3	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 7.3)



Grupo VI – ÁGUA E ESGOTO

Resultados alcançados / Desafios:

Os dados da série história de consumo disponível entre 2010 e 2014 decorrem da adoção do “Índice de Economicidade” no Planejamento Estratégico do ciclo 2010-2015 (indicador opcional do PEJE - Resolução TSE nº 23.371/2012).

O TRE-MT promove diversas ações para a gestão eficiente da água e procura sempre acompanhar inovações tecnológicas e implementar boas práticas para ampliar essa economia de recurso.

A significativa redução no consumo de água se deve à instalação de dispositivos economizadores - válvulas de acionamentos automático nos mictórios e torneiras com temporizador - nas instalações hidráulicas que são monitoradas e mantidas periodicamente pela Seção de Manutenção de Edifícios do Tribunal. A economia também é resultante da implementação de uma nova política de manutenção do poço artesiano no Tribunal, com 88 (oitenta e oito) metros de profundidade e 3.000 l/h de vazão, que atende a sede e os anexos da Instituição, respondendo pela diminuição da ordem de **-47,81%** no consumo de 2020, em relação ao ano de 2018.

O monitoramento dos dados de consumo e informações ao corpo funcional estão em processo de implantação.

TEMA 4: GESTÃO DE RESÍDUOS**Grupo VII - GESTÃO DE RESÍDUOS****Justificativa:** Implantar a gestão de resíduos gerados nas dependências do TRE-MT**Meta:** Promover a correta destinação de resíduos e materiais em desuso**Base histórica - Destinação de resíduos medidos em unidades (lâmpadas)**

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	854	470	344							

Base histórica - Destinação de materiais recicláveis em Kg

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	2.337,32	0	0	0	0	4.398,00

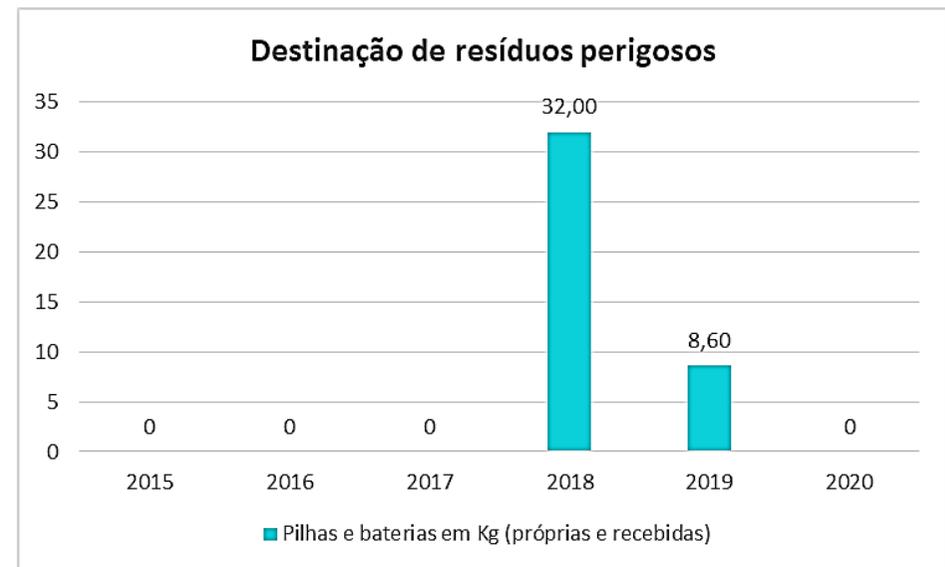
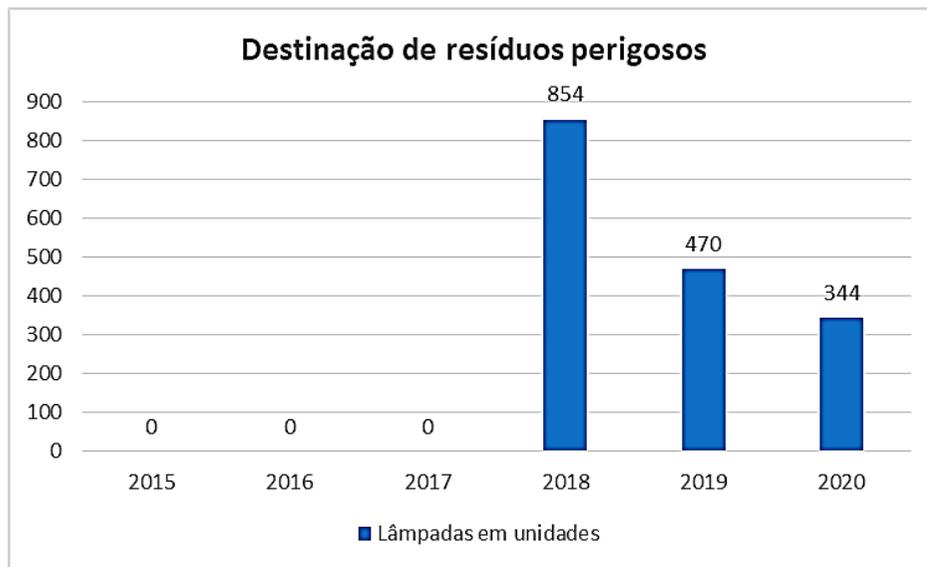
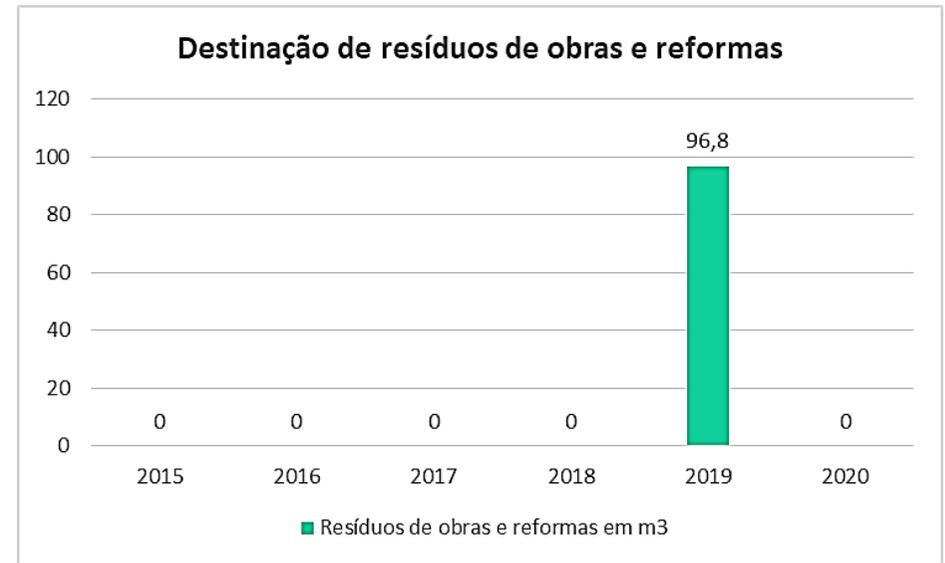
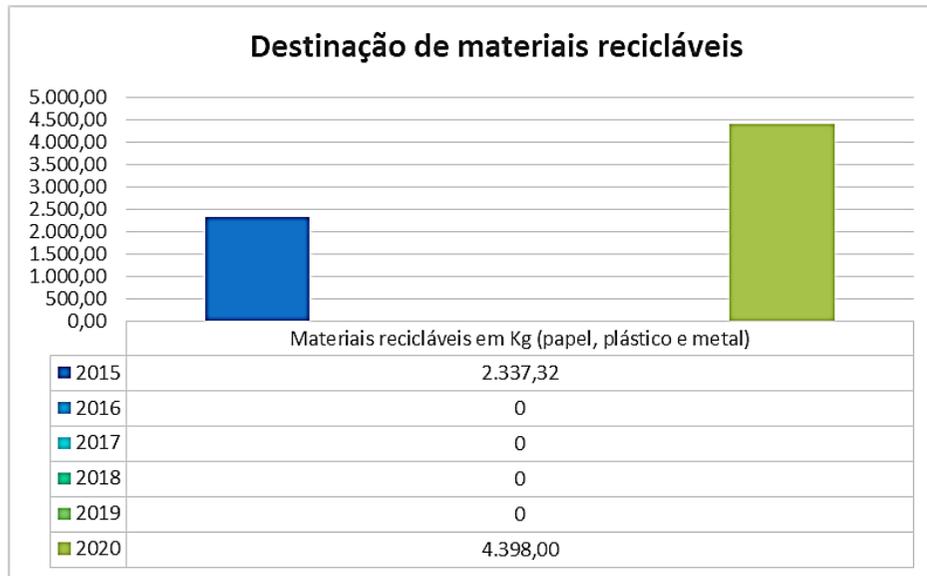
Base histórica - Destinação de resíduos perigosos em Kg (pilhas e baterias)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	32	8,6	0							

Base histórica - Destinação de resíduos de obras e reformas em m³

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	96,80	0								

Fonte de dados	Metas até 2021
Controles internos das unidades responsáveis pelos indicadores	Serão definidas pelo CEOC após a primeira medição dos indicadores, até o final de 2019



Grupo VII - GESTÃO DE RESÍDUOS

Item	Plano de Ação 8
1	Promover a implantação da coleta seletiva com separação entre materiais orgânicos e materiais recicláveis, observada a legislação pertinente e a tabela de cores (ação 8.1)
2	Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos gerados, especialmente dos recicláveis (ação 8.2)
3	Estimular que os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) tragam materiais recicláveis para terem destinação ambientalmente correta juntamente com os materiais produzidos no órgão (ação 8.3)
4	Monitorar os dados de descarte de resíduos e informá-los ao corpo funcional (ação 8.4)

Resultados alcançados / Desafios:

O TRE-MT ainda não realiza medição para os materiais definidos nos seguintes indicadores:

1. Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem (o contrato de *outsourcing* prevê a coleta de toner, análise da recarga e o descarte ecológico).
2. Destinação de madeiras para reaproveitamento.
3. Destinação de vidros para reuso.

Em que pese a dificuldade quanto à gestão de resíduos, o TRE-MT tem realizado adequadamente a separação dos resíduos recicláveis descartados (papelão, papel branco, garrafas pet, plásticos, pilhas, lâmpadas, etc.) destinando, de maneira informal, tais materiais para associações e cooperativas de catadores, devido às tentativas frustradas de cadastramento de cooperativas de catadores.

Foi implantado o Ponto Ambiental, consistindo na instalação de 3 tipos de coletores de descartes específicos: Papa-Pilhas (local para o descarte de pilhas e baterias usadas para reciclagem; Reci-eleTRE (para descarte de sucatas eletrônicas para reciclagem – mouses, teclados, pen-drives, fios, fontes e aparelhos celulares, notebooks, etc., e o Dodói (local para o descarte adequado de medicamentos vencidos ou não serão mais utilizados).

Em novembro de 2019 foi firmado contrato com empresa para a execução do serviço de tratamento técnico arquivístico do acervo documental do TRE-MT, viabilizando o descarte de forma ecologicamente correta dos documentos e processos judiciais de acordo com a tabela de temporalidade e Recomendação CNJ nº 37/2011.

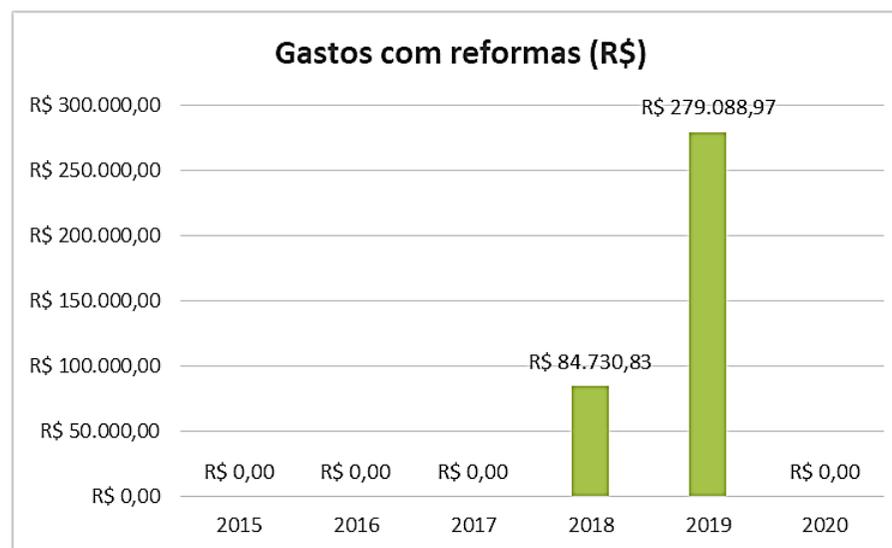
A meta a ser atingida até 2021, figurando como desafio da Instituição, é garantir que o máximo de bens de consumo sejam destinados de forma ecologicamente correta. Faz-se imprescindível a adequada pesagem dos materiais, o treinamento das equipes, a conscientização dos usuários e o monitoramento e avaliação das áreas envolvidas. O Tribunal também deverá incluir, nessa ação, a coleta externa de resíduos tóxicos, perigosos e especiais trazidos pelo corpo funcional.

Estas iniciativas impactam os indicadores 8.1 a 8.11 deste Plano de Ação.

TEMA 5: CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**GRUPO VIII – LEIAUTE DOS AMBIENTES (REFORMAS)****Justificativa:** Racionalizar o gasto com serviço prestado**Meta:** Medir para racionalizar o custo com reformas**Base histórica - Gastos com reformas (R\$ - valor nominal)**

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
ND	ND	ND	ND	ND	0,00	0,00	0,00	84.730,83	279.088,97	0,00

Fonte de dados	Metas até 2021
Sistema SIAFI e dados registrados em outros controles internos da CSG	Serão definidas pelo CEOC após a primeira medição dos indicadores, no final de 2019



GRUPO VIII – LEIAUTE DOS AMBIENTES (REFORMAS)

Item	Plano de Ação 9
1	Realizar levantamento anual de gastos com ações de manutenção e adaptação predial nas unidades (ação 9.1)
2	Implantar a rede <i>wi-fi</i> no ambiente corporativo (ação 9.2)

Resultados Alcançados / Desafios:

Em 2019 foram realizadas reformas e mudanças de leiaute nos cartórios da 34ª ZE – Chapada dos Guimarães (iniciada em 2018 e concluída em 2019) – valor liquidado: R\$ 62.780,56; 24ª ZE – Alta Floresta (iniciada em 2019 e concluída em 2020) – valor liquidado em 2019: R\$ 147.133,47; 15ª ZE São Félix do Araguaia (iniciada em 2019 e concluída em 2020) – valor liquidado: R\$ 69.174,94.

No exercício passado de 2020 foi implantada a rede *wi-fi* em todo o ambiente corporativo da Justiça Eleitoral mato-grossense – sede do TRE-MT e seus cartórios eleitorais da Capital e interior do Estado, reduzindo bruscamente a necessidade de cabeamento nesses locais. Essa solução será aplicada a atendimentos externos como mutirões e revisões biométricas, simplificando o processo de montagem de ambientes, quando o atendimento presencial ao eleitor for retomado.

Não foram realizadas reformas pelo TRE-MT nos exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2020.

TEMA 5: CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Grupo IX – TELEFONIA

Justificativa: Racionalizar o gasto com serviços de telefonia e orientar a Instituição para mudanças no comportamento e cultura de consumo

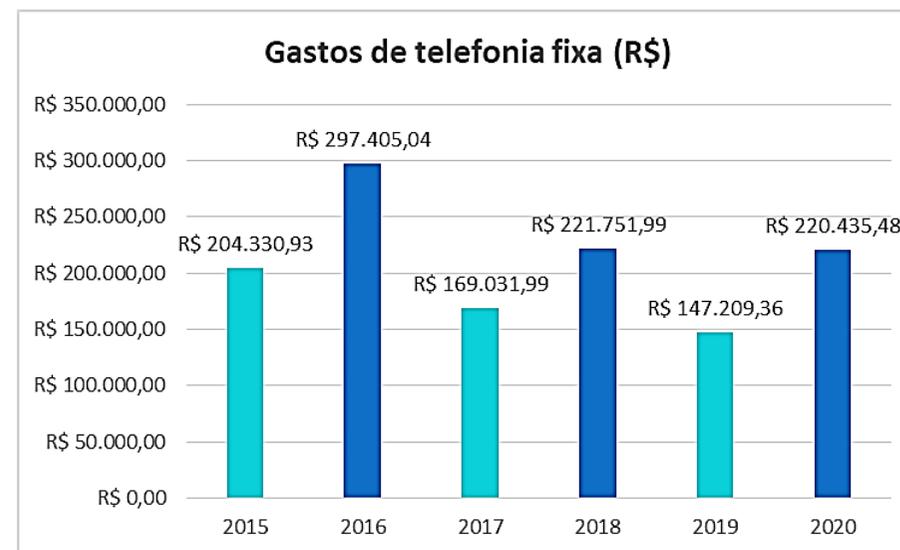
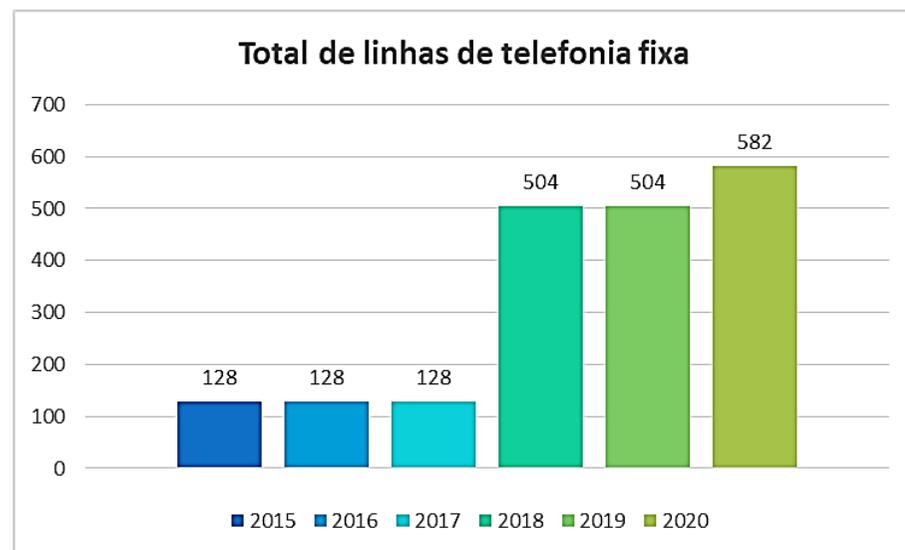
Meta: Diminuir o consumo de telefonia, tendo em vista a existência de mecanismos de comunicação com funcionalidades superiores ao modelo tradicional de voz e menores custos (VoIP, e-mails, aplicativos gratuitos de comunicação)

Base histórica - Gastos de telefonia fixa (R\$ - valor nominal)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EC	EC	EC	EC	EC	204.330,93	297.405,04	169.031,99	221.751,99	147.209,36	220.435,48

Base histórica - Total de linhas de telefonia fixa

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	128	128	128	504	504	582



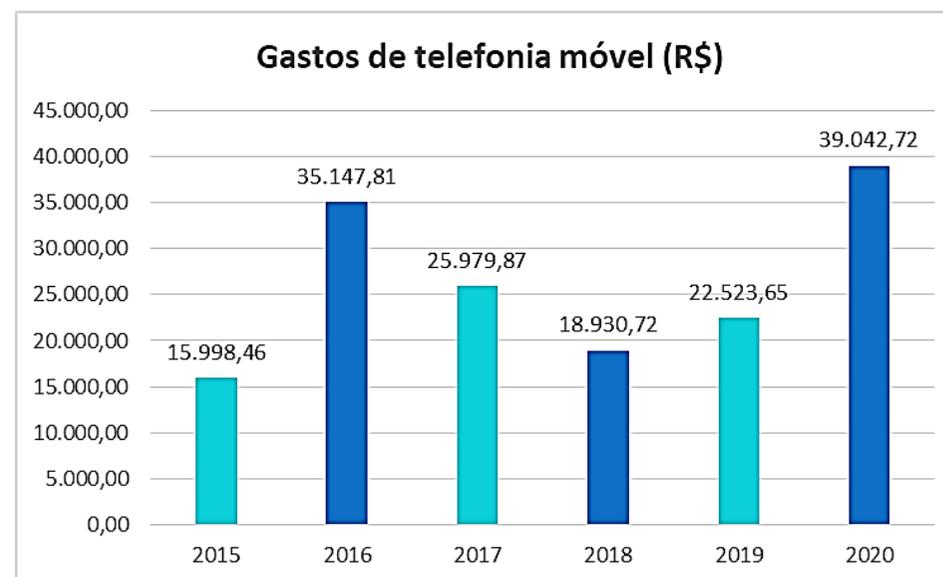
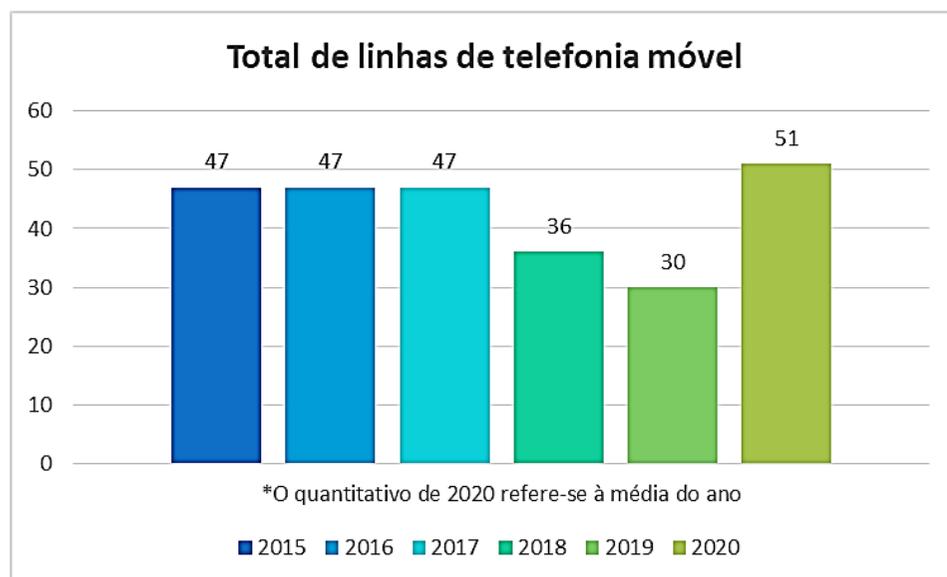
Grupo IX – TELEFONIA

Base histórica - Gastos de telefonia móvel (R\$ - valor nominal)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EC	EC	EC	EC	EC	15.998,46	35.147,81	25.979,87	18.930,72	22.523,65	39.042,72

Base histórica - Total de linhas de telefonia móvel

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	47	47	47	36	30	51 (média)



Grupo IX – TELEFONIA

Base histórica - Gastos totais com telefonia (R\$ - valor nominal)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
612.676,85	425.486,77	473.330,83	354.738,00	486.492,07	220.329,39	332.552,85	195.011,86	240.682,71	169.733,01	259.478,20

Fonte de dados	Meta 2019 a 2021
Faturas e relatórios de consumo de telefonia	Reduzir o consumo em 2% ao ano, observada a série histórica correlata (art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)

Item	Plano de Ação 5
1	Implantar tecnologia VoIP (<i>Voice over Internet Protocol</i>), em todos os ramais telefônicos da sede e manter um ramal VoIP em cada cartório eleitoral (ação 5.1)
2	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 5.2)

Resultados Alcançados / Desafios:

Os dados da série história de consumo disponível entre 2010 e 2014 decorrem da adoção do “Índice de Economicidade” no Planejamento Estratégico do ciclo 2010-2015 (indicador opcional do PEJE - Resolução TSE nº 23.371/2012).

Desde a implantação híbrida da tecnologia VoIP - *Voice over Internet Protocol* (voz sobre protocolo de *internet*), no ano de 2009, os gastos do TRE-MT com telefonia fixa foram substancialmente **reduzidos, em aproximadamente -50%**.

Até dezembro de 2019 foi implantada a tecnologia VoIP em 97,7% dos ramais telefônicos disponíveis na sede e instalados 2 ramais VoIP em cada Cartório Eleitoral.

Houve considerável redução dos gastos públicos com telefonia fixa e móvel no âmbito da Justiça Eleitoral mato-grossense comparativamente entre os exercícios não eleitorais entre 2011 e 2019, na ordem de quase -50% do valor despendido com telefonia, no entanto, este grupo de consumo ainda sofre grandes reflexos dos anos eleitorais, que foram majorados pelo cenário da pandemia do Covid-19, como se pode verificar dos resultados do exercício 2020, em que o trabalho remoto teve que ser adotado na maior parte do tempo durante o ano, visando evitar o avanço do vírus (incremento nos gastos totais de **+7,81%** comparativamente a 2018). Nesse sentido, em que pese o pequeno decréscimo de **-0,59%** nos gastos de telefonia fixa, houve aumento da ordem de **+106,24%** no dispêndio de telefonia móvel em relação à linha de base do ano de 2018.

As demais ações estão em processo de implantação.

TEMA 5: CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**Grupo X – LIMPEZA**

Justificativa: Otimizar o processo de contratação dos serviços de limpeza, incluindo critérios de sustentabilidade

Meta: Aferir o cumprimento dos critérios de sustentabilidade nos contratos de limpeza

Base histórica - Gastos com limpeza (R\$ - valor nominal)

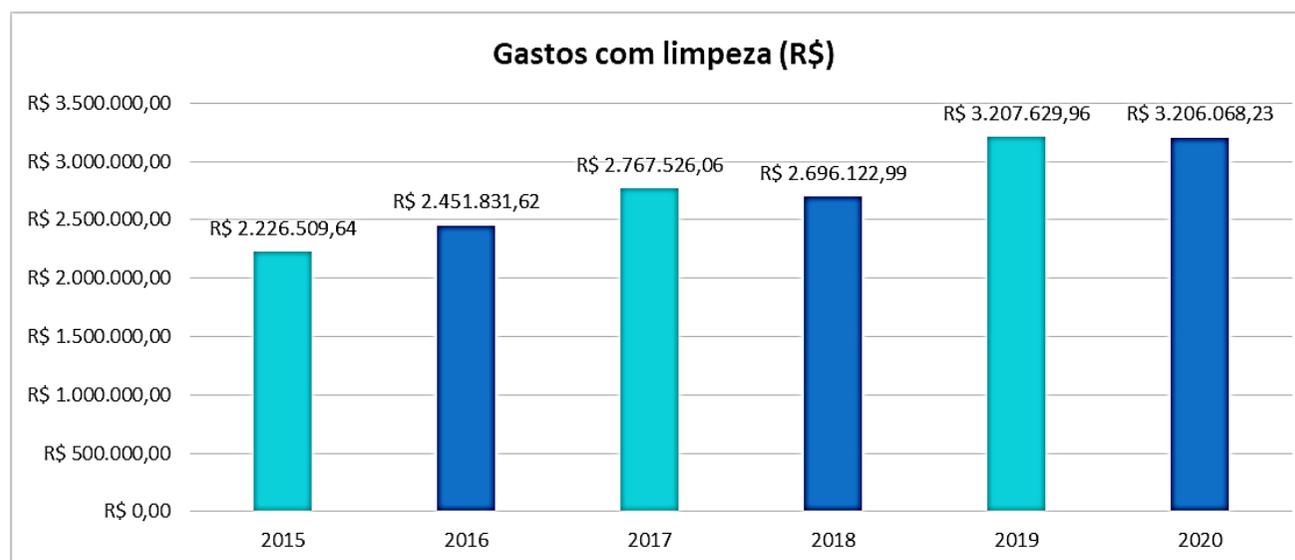
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.273.674,88	1.370.247,81	1.661.099,79	1.775.339,52	1.910.772,35	2.226.509,64	2.451.831,62	2.767.526,06	2.696.122,99	3.207.629,96	3.206.068,23

Fonte de dados

Faturas do contrato de limpeza

Metas até 2021

Serão definidas pelo CEOC após a primeira medição dos indicadores, no final de 2019



Grupo X – LIMPEZA

Item	Plano de Ação 10
1	Acompanhar o contrato de limpeza para promover observância aos critérios de sustentabilidade (ação 10.1)

Resultados alcançados / Desafios:

Os contratos de limpeza da sede e cartórios têm sido fiscalizados pela Seção de Administração de Edifícios do Tribunal e servidores das respectivas zonas eleitorais que monitoram a observância da previsão contratual expressa nos instrumentos de prestação de serviços de limpeza e conservação, quanto ao fornecimento e utilização de materiais eficientes, seguros, biodegradáveis e menos agressivos ao meio ambiente, inclusive dos serviços de dedetização.

A rotina de trabalho de limpeza das instalações da sede e anexos é mantida por colaborador específico – encarregado.

O desafio para 2020 era a produção de estudo que, atualizassem os critérios de sustentabilidade do contrato de limpeza, que atualizem os critérios de produtividade para aferição da quantidade necessária de postos trabalhos para o TRE-MT, sem comprometimento da qualidade dos serviços contratados, tendo em vista que as normas utilizadas como parâmetro são a Resolução TSE nº 23.234/2010 e a Instrução Normativa SLTI/MP nº 2/2008.

No entanto, o panorama da pandemia da Covid-19 sobrecarregou alguns contratos, a exemplo do de limpeza, para que fossem atendidos os protocolos sanitários visando conter a proliferação do vírus. Verifica-se, por tal razão, o incremento de aproximadamente **+18,91%** nos gastos com limpeza no ano passado, em relação à série histórica de referência, qual seja, 2018.

TEMA 5: CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**Grupo XI – VIGILÂNCIA**

Justificativa: Racionalizar os gastos relacionados aos serviços de vigilância, segundo critérios de real necessidade, por área, tipos de postos e uso de tecnologias de apoio, sem comprometimento dos padrões de segurança.

Meta: Medir os gastos com a vigilância e melhorar a eficiência na gestão do contrato

Base histórica - Gastos totais com contratos de vigilância (R\$ - valor nominal)

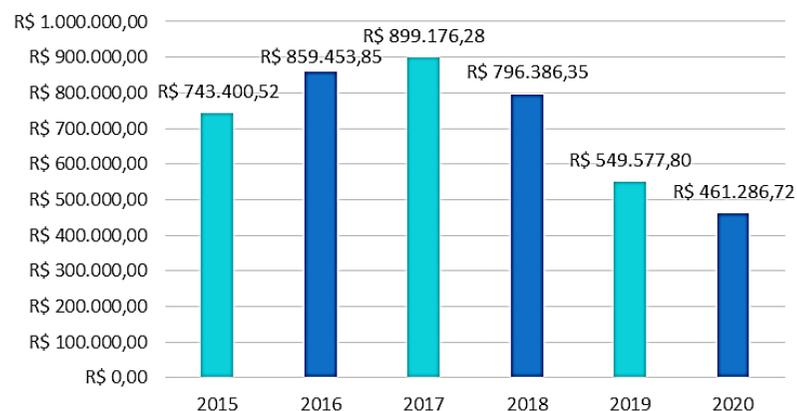
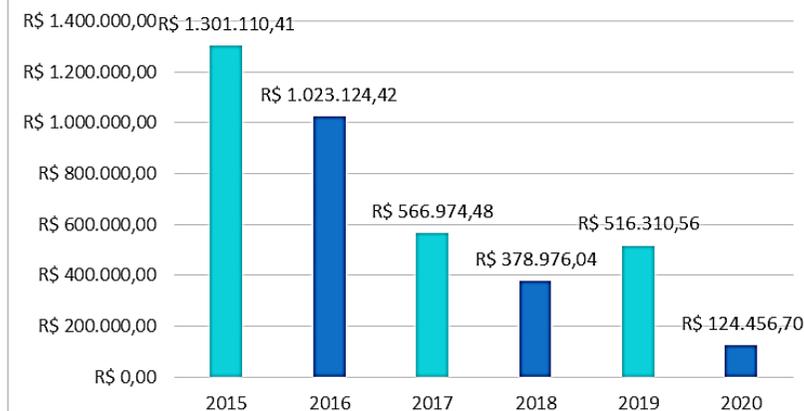
Tipo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ostensiva	487.513,78	526.836,22	600.131,32	507.699,64	719.029,98	743.400,52	859.453,85	899.176,28	796.386,35	549.577,80	461.286,72
Eletrônica	41.676,00	42.549,03	33.230,28	141.581,57	1.390.786,79	1.301.110,41	1.023.124,42	566.974,48	378.976,04	516.310,56	124.456,70
TOTAL	529.189,78	569.385,25	633.361,60	649.281,21	2.109.816,77	2.044.510,93	1.882.578,27	1.466.150,76	1.175.332,39	1.065.888,36	585.743,42

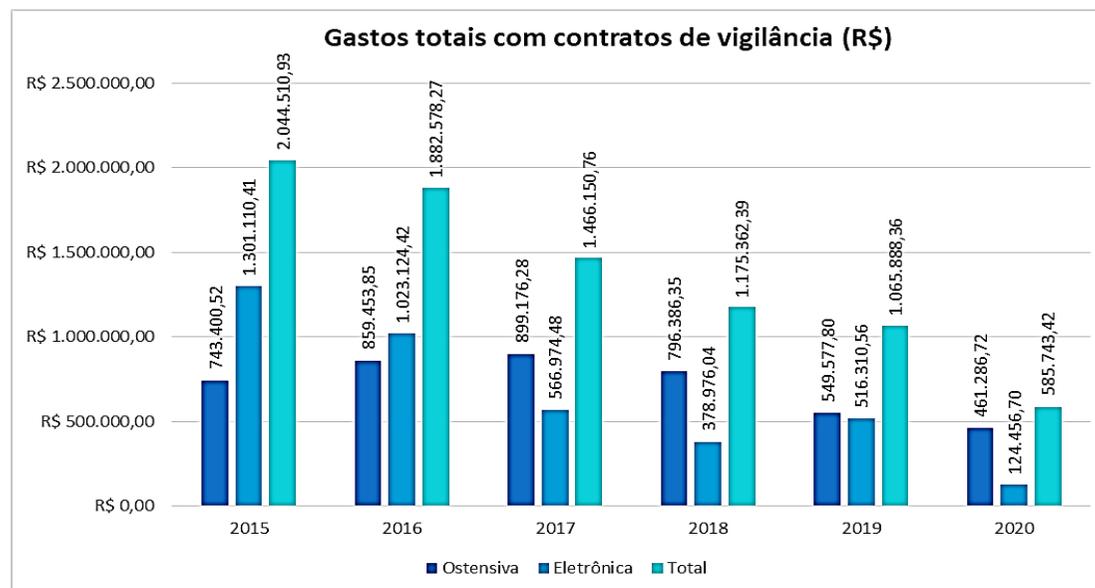
Fonte de dados

Faturas do contrato de vigilância

Metas até 2021

Serão definidas pelo CEOC após a primeira medição dos indicadores, no final de 2019

Gastos com contratos de vigilância ostensiva (R\$)**Gastos com contratos de vigilância eletrônica (R\$)**



Grupo XI – VIGILÂNCIA

Item	Plano de Ação 11
1	Monitorar os dados dos contratos de vigilância (ação 11.1)

Resultados alcançados / Desafios:

No exercício de 2019 foi realizado um estudo atualizado para aferição da quantidade necessária de postos trabalhos para a Justiça Eleitoral mato-grossense, mantidos os padrões de segurança aplicáveis. Esse estudo resultou na supressão de 4 postos diurnos de vigilância armada dos cartórios da 10ª ZE, 46ª ZE, 49ª ZE e 20ª ZE. Durante todo o exercício 2019 não houve relato de ocorrências advindas dos respectivos juízos eleitorais.

Mantiveram-se os 4 postos de vigilância armada na sede (2 diurnos e 2 noturnos – 12h x 36h) e 2 vigilantes desarmados (1 na recepção da sede e 1 na recepção da Casa da Democracia (no regime 44 horas semanais). As ações implementadas geraram uma economia de R\$ 246.808,55 no exercício 2019 no item vigilância.

Com o advento da pandemia do Covid-19, a contratação da vigilância sofreu impacto de redução da ordem de **-42,08%** na vigilância ostensiva e **-67,16%** na vigilância eletrônica, e de **-50,16%** nos gastos totais em 2020, comparativamente ao exercício de 2018 (economia total de R\$ 589.588,97).

TEMA 6: VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS**Grupo XII – VEÍCULOS**

Justificativa: Racionalizar o uso de veículos e os custos operacionais de deslocamentos, observando critérios de sustentabilidade, de modo a melhorar a gestão da mobilidade do TRE-MT e os gastos com a frota oficial

Meta: Medir para racionalizar a gestão e a aquisição dos veículos

Base histórica - Quantidade total de veículos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
24	24	30	30	30	33	42	42	44	32	33

Base histórica – Quilometragem (Km)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	237.369	503.484	243.335	465.653	329.629	283.902

Base histórica – Gastos com manutenção dos veículos (R\$ - valor nominal)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
95.545,37	84.341,32	148.443,80	152.944,60	167.400,00	136.180,08	1.358.694,88	235.467,34	1.462.413,93	89.675,05	1.428.076,63

Base histórica - Gastos com contratos de motoristas (R\$ - valor nominal)

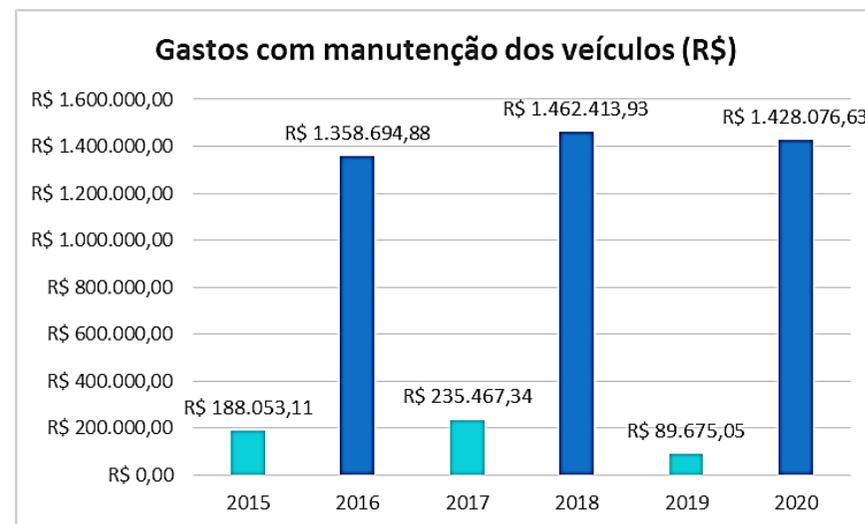
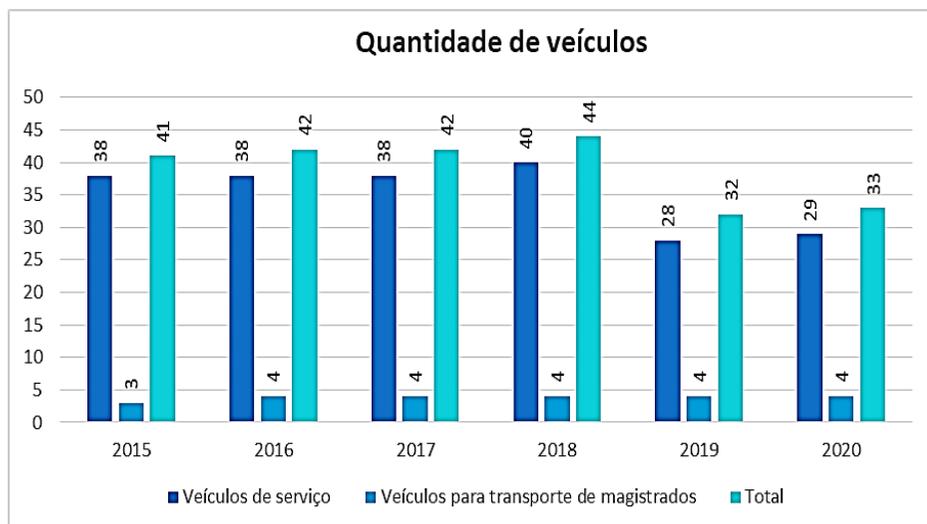
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	900.038,18	1.287.918,47	869.474,40	1.073.910,48	1.024.204,19	1.053.587,31

Fonte de dados

Sistema SIAFI

Metas até 2021

Serão definidas pelo CEOC após a primeira medição dos indicadores, até o final de 2019



Grupo XII – VEÍCULOS

Item	Plano de Ação 12
1	Reduzir o tamanho da frota de veículos próprios (ação 12.2)
2	Promover a lavagem ecológica (ecolavagem ou biolavagem) dos veículos (ação 12.3)
3	Adquirir veículos com etiquetagem de eficiência energética (Selo Procel “A”) (ação 12.4)
4	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 12.5)

Resultados Alcançados / Desafios:

Com vista a implementar possíveis soluções para atender a demanda de transporte de pessoas e de cargas, alternativamente à aquisição de veículos, tais como a locação de veículos e a contratação de serviços de transporte pagos por quilometro rodado ou em regime de diárias com quilometragem livre (vide Acórdão nº 1.223/2017–TCU–Plenário), no exercício 2019 foram alienados 10 veículos de serviço por meio do processo de Alienação e Desfazimento (PAe nº 1058/2019), reduzindo a frota de 42 para 32 veículos (ação 12.2). A lavagem dos veículos é realizada por empresa especializada que utiliza produtos biodegradáveis não agressores do meio ambiente e a lavagem a seco deverá ser implementada na próxima contratação (ação 12.3).

No exercício 2019 não foram adquiridos novos veículos para a Justiça Eleitoral mato-grossense (ação 12.4). A ação 12.5 está em fase de implantação pela unidade de competência. Os custos operacionais de deslocamento (contrato de motoristas + manutenção de veículos) sofreram pequena alteração no período eleitoral de 2020, comparativamente a 2018 (-2,16%), isso sem considerar nos cálculos as atualizações contratuais próprias dos acordos coletivos de trabalho.

TEMA 6: VEÍCULOS E COMBUSTÍVEIS**Grupo XIII – COMBUSTÍVEL****Justificativa:** Otimizar o consumo, os gastos e reduzir a emissão de substâncias poluentes**Meta:** Diminuir o consumo geral de combustíveis e utilizar combustível menos poluente nos veículos do TRE-MT**Base histórica - Consumo de combustível (litros)**

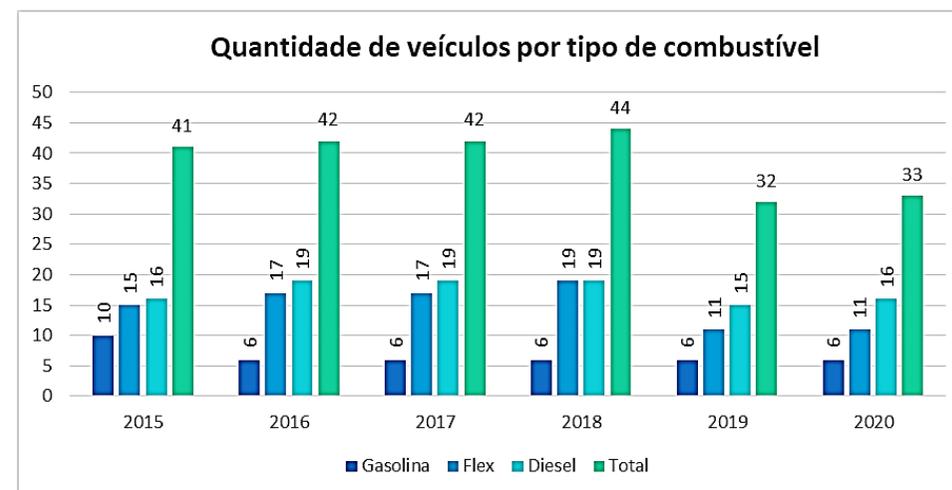
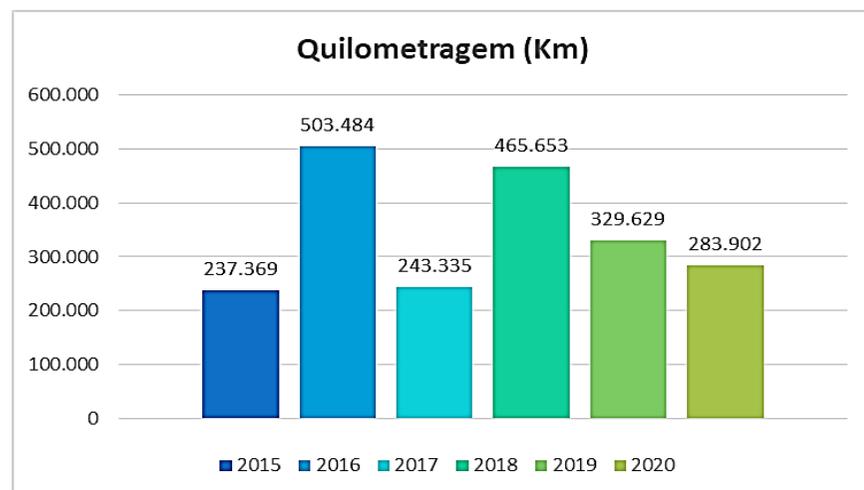
Combustível	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gasolina	EC	EC	EC	EC	EC	7.886,38	15.688,85	6.272,50	17.054,89	5.320,49	8.434,88
Etanol	EC	EC	EC	EC	EC	12.740,84	29.651,80	12.415,86	14.172,03	6.260,80	5.199,51
Diesel	EC	EC	EC	EC	EC	17.793,43	33.355,06	19.832,46	43.193,84	19.310,11	36.982,54
TOTAL	73.501	36.821	90.860	43.392	88.310	38.421,00	78.695,71	38.520,82	74.420,76	30.891,40	50.616,92

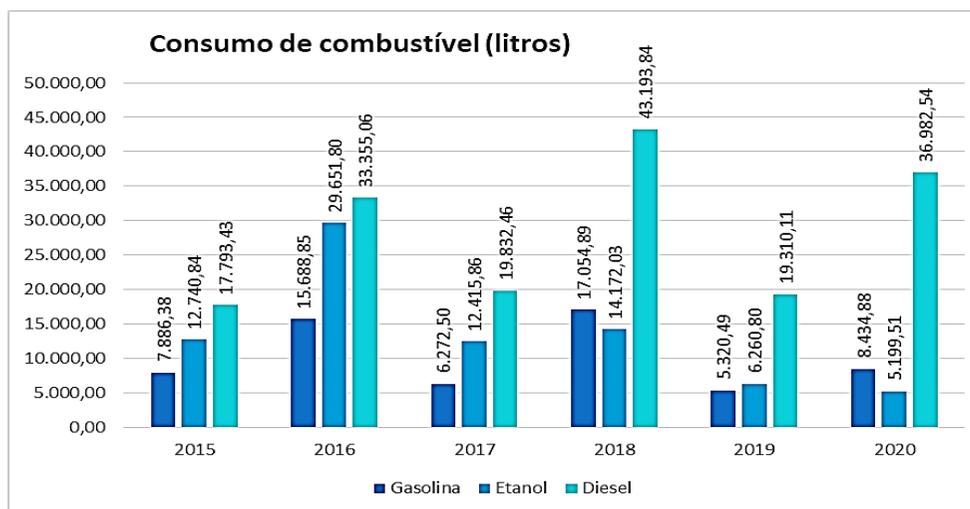
Fonte de dados

Faturas e relatórios de consumo do contrato de fornecimento de combustíveis

Meta 2019 a 2021

Reduzir o consumo em 10% ao ano o consumo de combustíveis fósseis (diesel e gasolina), observada a série histórica correlata (art. 25 da Resolução TSE nº 23.474/2016)





Grupo XIII – COMBUSTÍVEL

Item	Plano de Ação 12
1	Planejar e otimizar as rotas dos veículos (ação 12.1)
2	Reduzir o tamanho da frota de veículos próprios (ação 12.2)
3	Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional (ação 12.5)

Resultados Alcançados / Desafios:

Os dados da série história de consumo de 2010 a 2014 estão disponíveis em face da adoção do “Índice de Economicidade” no Planejamento Estratégico do ciclo 2010-2015 (indicador opcional do PEJE - Resolução TSE nº 23.371/2012).

O moderado decréscimo apresentado no consumo de combustível se deve à ampliação da prestação de serviço pelo TRE-MT junto as unidades do 1º grau. A unidade técnica responsável (Seção de Transporte/CSG) tem implementado sistema informatizado de abastecimento e estudo de aproveitamento de rotas impactando, assim, no combate ao desperdício no uso dos veículos e, no exercício 2019, a meta de reduzir o consumo de combustíveis fósseis (diesel e gasolina) em 10% ao ano foi alcançada no percentual de -15,18% reduzido para o combustível gasolina e -2,63% de redução para o combustível diesel, isso sem considerar, nos cálculos, o acréscimo dos valores cobrados por litro desses combustíveis havidos no período entre 2017 e 2019, os exercícios não eleitorais, considerados nesta série histórica.

Em 2020 houve diminuição do consumo geral de combustível da ordem de **-31,99%**, impactado, maiormente pela pandemia do Covid-19, em que foi priorizado o trabalho remoto para a realização dos atos preparatórios das eleições. A diminuição do consumo de combustíveis fósseis foi de **-24,62%** em relação a 2018 (**-50,54%** no consumo de gasolina e **-14,38%** no consumo de diesel). O desafio continua sendo a redução da frota de veículos e consequente consumo de combustível com a implantação do sistema TaxiGov.

TEMA 7: QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**Grupo XIV – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Justificativa: Aumentar o bem-estar dos servidores e colaboradores no ambiente profissional, melhorando as condições físicas de trabalho e as relações interpessoais

Meta: Ampliar a abrangência das ações de melhoria do ambiente organizacional e qualidade de vida do corpo funcional

Base histórica - Quantidade de servidores que participaram de ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	360	402	524	881	631	1184	359	1121	1068

Base histórica - Quantidade de ações de qualidade de vida no trabalho

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	0	11	19	29	21	19

Base histórica - Quantidade de servidores que participaram de ações solidárias

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	2631	150	86	42	76	4

Base histórica - Quantidade de ações solidárias

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	0	2	3	5	3	1

Base histórica - Quantidade de ações de inclusão

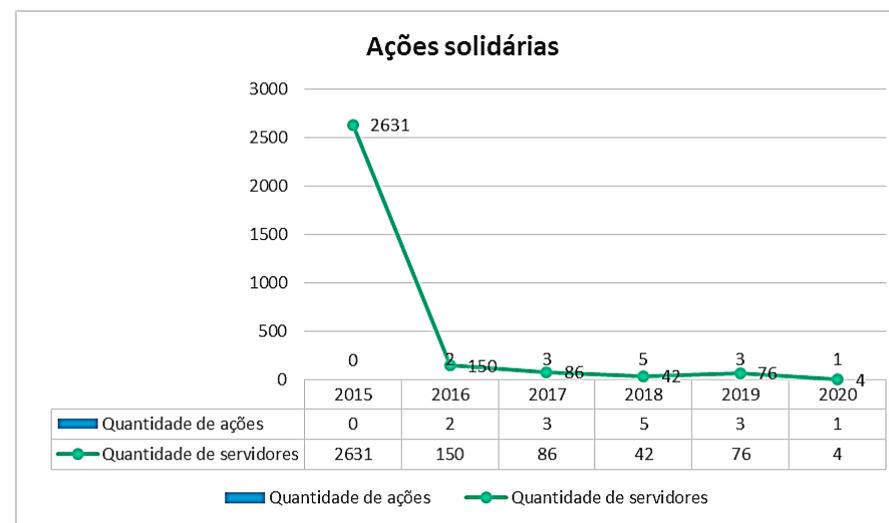
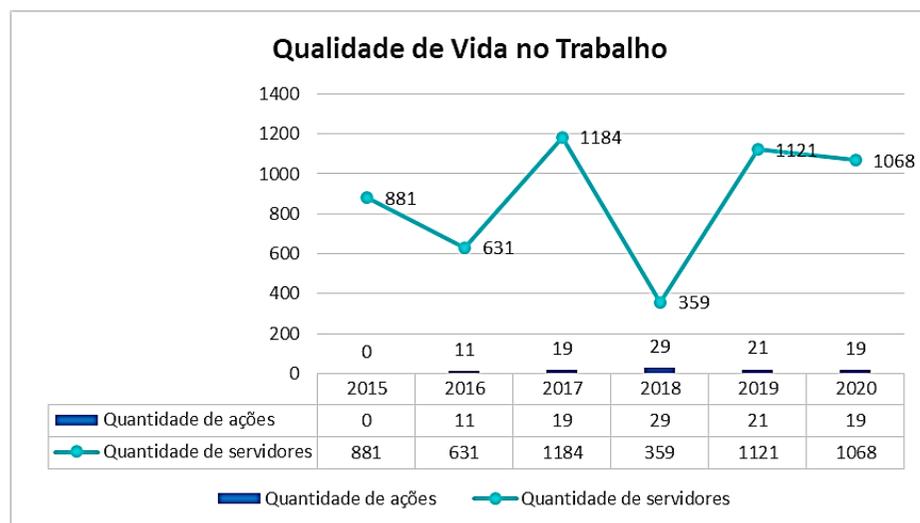
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	1	0	0	1	0	0

Fonte de dados

Dados registrados nos controles internos da CAMS

Metas até 2021

Serão definidas pelo CEGEPE após a primeira medição dos indicadores, até o final de 2019



Grupo XIV – QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Item	Plano de Ação 13
1	Promover atividades de integração e de qualidade de vida no trabalho (ação 13.1)
2	Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável (ação 13.2)
3	Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas de QVT (ação 13.3)
4	Estimular a troca de experiências sustentáveis entre os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) para implementação em suas residências (ação 13.4)

Resultados Alcançados / Desafios:

As ações de qualidade de vida impactam positivamente na produtividade e diminuem a rotatividade e o nível de absenteísmo do corpo funcional, beneficiando o próprio TRE-MT. Em que pese não terem sido promovidas ações de inclusão específicas para os servidores, em 2019 foi realizado o SOLETRE, uma importante iniciativa da Corregedoria Regional Eleitoral de reforço à alfabetização de eleitores, que impactou positivamente nos colaboradores terceirizados que também foram convidados a participar. Iniciativas como pesquisas de clima organizacional, ações preventivas e de promoção à saúde e incentivo à prática de atividades físicas, podem representar uma diminuição na rotatividade de cargos e aumento do nível de engajamento do corpo funcional. Em 2020 foram priorizadas pelo Tribunal ações de qualidade de vida devido ao extenso período de quarentena, que se refletem no aumento do resultado de participação dos servidores **(+197,49%)**.

TEMA 8: SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**Grupo XV – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL****Justificativa:** Sensibilizar o corpo funcional para a prática do uso racional de recursos e da sustentabilidade**Meta:** Capacitar permanentemente os servidores e auxiliares**Base histórica - Participação de servidores em ações de sensibilização e capacitação relacionadas à temática socioambiental**

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3	2	NM	NM	3	3	1	55	31	121	22

Base histórica - Ações de capacitação e sensibilização socioambiental

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	NM	NM	NM	NM	0	0	2	2	6	2

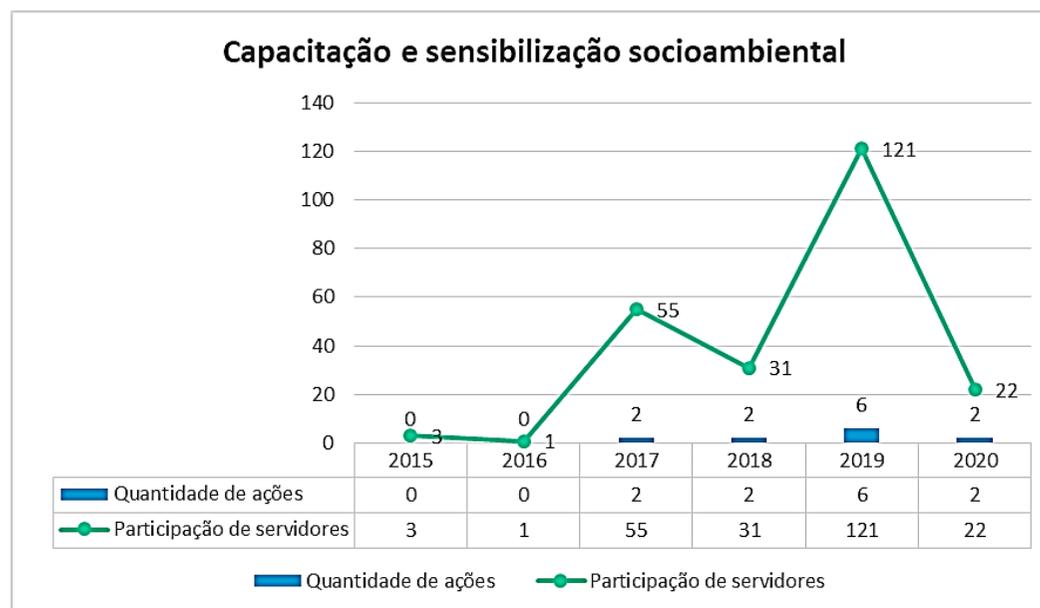
Fonte de dados

Sistema SGRH e dados registrados em outros controles internos da CED

Metas 2019 a 2021

Serão definidas pelo CEGEPE após a primeira medição dos indicadores, no final de 2019

Item	Plano de Ação 14
1	Sensibilizar os colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) sobre a temática da sustentabilidade (ação 14.1)
2	Promover a capacitação de colaboradores (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) na temática da sustentabilidade (ação 14.2)



Grupo XV – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Resultados Alcançados / Desafios:

As ações de capacitação durante o exercício de 2019 enfatizaram os seguintes temas: Curso de Gestão de Resíduos (30 participantes); Palestra “Não é Lixo” (30 participantes); Congresso de Sustentabilidade SEBRAE (4 participantes); Trilha Formação em Liderança – Módulo Sustentabilidade (23 participantes); Seminário STJ – Planejamento Estratégico do Judiciário (4 participantes).

Em 2020, considerando a pandemia instaurada, bem como os preparativos necessários à realização das Eleições Municipal e Suplementar do cargo vago de Senador da República em Mato Grosso, foram disponibilizadas apenas 2 ações de capacitação relacionadas ao tema "Sustentabilidade", sendo que ambas podem ser acessadas no Campus Virtual do TRE-MT, pelo link: <http://educacao.tre-mt.jus.br/moodle/course/index.php?categoryid=27>, quais sejam Sustentabilidade nas Contratações e IN nº 05, repetindo o número de 2018. Em termos de participação, houve decréscimo de **-29,03%**.

Como desafio permanece a ampliação das ações de sensibilização e capacitação dos colaboradores, conforme metas que deverão ser definidas pelo CEGEPE – Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas, instância de apoio da Rede de Governança do TRE-MT.

TEMA 9: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES**Grupo XVI – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Justificativa: Aprimorar a gestão das aquisições e contratos para a contratação de materiais de consumo, serviços e outros produtos alinhados aos preceitos de sustentabilidade, fomentando um mercado mais inovador e de menor impacto

Meta: Impulsionar o consumo sustentável do TRE-MT e contribuir para o desenvolvimento nacional sustentável, mudando o paradigma na gestão dos recursos públicos no âmbito da Instituição

Base histórica – Percentual de contratações com critérios de sustentabilidade (%)

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
NM	EC	EC	23,08%							

Fonte de dados	Metas até 2021
Planilha eletrônica da Seção de Compras e Licitações/CMP	Serão definidas pelo CEOC após a primeira medição dos indicadores, até o final de 2019

Item	Plano de Ação 15
1	Implantar controle e monitoramento das contratações sustentáveis do TRE-MT (ação 15.1)
2	Realizar análise sustentável de consumo antes da contratação para avaliação da real necessidade de aquisição (ação 15.2)
3	Fomentar a inclusão de critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e contratações de serviços (ação 15.3)
4	Capacitar servidores na inclusão de critérios de sustentabilidade nas aquisições de materiais e contratações de serviços (ação 15.4)
5	Realizar intercâmbio de informações com outros órgãos da Administração Pública (ação 15.5)

Grupo XVI – CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Resultados Alcançados / Desafios:

As ações de implantação de controle e monitoramento das contratações sustentáveis do TRE-MT, o aprimoramento dos processos de compras e contratações, de forma a tornar possível o desenvolvimento de especificações para aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade, com foco na Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) de produtos, bens e serviços, padrões de sustentabilidade no planejamento das contratações e no plano de obras, cláusulas de descarte ecológico com previsão de sanções para a contratada ainda estão em fase de implantação e em amadurecimento nas unidades do Regional mato-grossense.

Trabalho importante tem sido realizado pela Assessoria Jurídica do órgão que se abstém de cancelar os termos de referência e os editais que não abordam os padrões e critérios de sustentabilidade para as contratações do TRE-MT.

Com relação à realização de análise sustentável de consumo antes da contratação para avaliação da real necessidade de aquisição, a Administração do Tribunal passou a exigir o histórico de consumo no levantamento da necessidade de aquisição de bens, visando uma análise mais eficiente da necessidade do órgão.

No processo de reestruturação organizacional em tramitação, foi sugerida a designação de uma função comissionada com a finalidade e atribuição de cuidar especificamente das ações de sustentabilidade e esta ação ao ser executada impactará positivamente no indicador 16.1 – percentual de contratações com critérios de sustentabilidade.

No exercício 2019, a capacitação específica na temática “Contratações Sustentáveis” não foi realizada em razão da priorização de outras capacitações na área de sustentabilidade, contudo para o exercício 2020 essa capacitação foi prevista no Plano Anual de Capacitação para ser realizada na modalidade *in company*, incluindo a recomendação do PLS quanto à promoção das contratações sustentáveis, a qual deverá observar, os termos da Constituição Federal/88 (artigos 37, 225 e 170, VI), o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, do art. 6º, § 3º, da Resolução TSE nº 23.474/2016 e a Meta 12.7 do ODS 12*(Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável. * ODS 12 –Consumo Responsável: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Relativamente à realização de intercâmbio de informações com outros órgãos da Administração Pública, o TRE-MT tem buscado o contato com outros órgãos públicos para integração e troca de experiências exitosas. Nesse sentido, foi realizada reunião no dia 14/02/2020 com representante do Ministério da Economia a respeito da experiência bem-sucedida no âmbito federal de contratação de transporte via aplicativo TaxiGov, bem como a respeito da implantação de um sistema de almoxarifado virtual, com possibilidade de funcionamento até o término do corrente exercício. O serviço de transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional que precisam se deslocar em função de atividades de trabalho em Brasília (DF) se dá por meio do TaxiGov, que é uma solução digital elaborada pela Central de Compras/Secretaria de Gestão do Ministério da Economia e substitui os modelos de carros alugados e próprios por taxis, pagando-se apenas pela efetiva utilização. Essa medida reduziu em 60% os custos na categoria transportes na área metropolitana e isso inclui combustível, manutenção e peças, por exemplo. Também foi realizado contato com o TRT – 23ª Região para compartilhamento de imóveis no interior do Estado para funcionamento dos Cartórios Eleitorais de Querência, Água Boa, Juara e Campo Verde. Esta ação impacta no indicador 16.1.

Em 2020 foram disponibilizadas 2 (duas) capacitações relacionadas ao tema "Sustentabilidade", sendo que ambas podem ser acessadas no Campus Virtual do TRE-MT, pelo link: <http://educacao.tre-mt.jus.br/moodle/course/index.php?categoryid=27>, quais sejam, Sustentabilidade nas Contratações e IN nº 05.

Acerca dos desafios para o ano de 2021, urge melhorar a realização de capacitações para o aprendizado e a consignação adequada de critérios de sustentabilidade previstos no PLS para que possam ser fatores decisivos nos procedimentos licitatórios.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

A aprovação do Plano de Logística Sustentável do TRE-MT (PLS) foi um marco importante para incorporação de políticas socioambientais na atuação do Tribunal, viabilizando a necessária mudança comportamental exigida do Poder Público.

Vários são os desafios da Instituição para implementar seu PLS, que se afiguram ainda mais singulares frente à sazonalidade de atividades voltadas para a preparação e execução das eleições, o que exige um acompanhamento pleno e consciente de cada unidade administrativa envolvida com as ações que suportam a sustentabilidade. Boa parte desses desafios relacionam-se ao amadurecimento dos gestores em tratar o tema, bem como à conscientização dos servidores quanto à inclusão de questões socioambientais no dia-a-dia de sua atuação.

O pouco tempo de vigência do plano ainda não permite uma avaliação mais aprofundada, entretanto já aponta lacunas que precisam ser preenchidas e desvios a serem corrigidos, de modo a buscar maior efetividade das ações de sustentabilidade que estão sendo propostas, bem como o desejado aprimoramento no uso de recursos públicos com economicidade e menor impacto ambiental, principalmente no grupo de água envasada e nos contratos de prestação de serviços de natureza contínua.

A evolução do desempenho dos indicadores estratégicos do TRE-MT com foco socioambiental e econômico está destacada nas séries históricas apresentadas em cada grupo, e demonstram avanço significativo com a redução do consumo, resultando em economicidade e execução eficiente dos planos das seguintes ações, com o consequente cumprimento das metas estabelecidas:

- 🌀 Papel – não reciclado e reciclado;
- 🌀 Copos descartáveis – água e café;
- 🌀 Água envasada – embalagens descartáveis e retornáveis;
- 🌀 Impressão de documentos;
- 🌀 Energia Elétrica;
- 🌀 Água e esgoto;
- 🌀 Vigilância – ostensiva e eletrônica;
- 🌀 Veículos;
- 🌀 Combustível;
- 🌀 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.

Observa-se um tímido avanço na execução das metas dos seguintes planos de ação:

🌀 Gestão de Resíduos.

Nenhuma redução de consumo nos planos de ação quanto a:

🌀 Equipamentos de impressão instalados;

🌀 Telefonia – fixa e móvel;

🌀 Limpeza.

Plano de Ação que restou sem parâmetro comparativo:

🌀 Leilão dos ambientes;

🌀 Contratações sustentáveis.

Houve decréscimo de ações nos temas:

🌀 Ações solidárias;

🌀 Capacitação de servidores em Educação Socioambiental.

AÇÕES PARA 2021

Todas as ações constantes do Plano de Logística Sustentável, as quais estendem-se até o exercício de 2021, estão exigindo um esforço administrativo para sua plena implementação no âmbito da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, pois logo após a aprovação do PLS, 5/6/2019, sucedeu a eclosão da pandemia do Covid-19, e, por essa razão, faz-se necessário dar continuidade nas ações previstas no Plano, revendo metas e prazos.

As ações que permeiam a sustentabilidade, bem como a sua visão sistêmica e o aspecto característico da transversalidade precisam ainda ser melhor compreendidos pelo corpo funcional, para que entendam os impactos que uma pequena ou grande ação podem vir a repercutir no todo da organização e no aspecto ambiental do Planeta. Por exemplo, a revisão regular dos documentos, antes de sua impressão, caso se faça necessária, evita a utilização de papel desnecessariamente bem como o pagamento da impressão, o que impacta no meio ambiente como um todo, gerando menor consumo de papel, de equipamento de impressão, economia e emprego dos recursos economizados em outras ações prioritárias da vida do cidadão, as quais podem, se bem eleitas, resultar em menor injustiça social em nosso País, por exemplo.

Capacitações e ações de sensibilização e conscientização das pessoas que constituem a Organização é também importante meta a ser, arrojadamente, desenvolvida para que essa visão sistêmica bem compreendida possa ser vivenciada, produzindo frutos de economicidade, eficiência, respeito ao meio ambiente, de forma realizar o consumo consciente, não apenas evitando, mas, verdadeiramente, combatendo o desperdício e o uso não racional dos recursos.

Conhecer as minúcias e as características da produção de determinados bens, implica conhecimento ampliado sobre o tríptico aspecto ambiental, econômico e social, portanto, as ações de capacitação devem ser continuadas, ampliadas, em especial disponibilizadas às unidades que compõem a trilha, por onde tramitam os processos de aquisição e contratação administrativos, desde a primeira unidade a iniciar a fase interna do processo de compras até a sua completa aquisição, utilização e descarte, percorrendo todos os atores integrantes das relações com os bens e seu ciclo de vida.

Em outras palavras, é preciso intensificar a continuidade, ampliando-se as práticas de sustentabilidade, objetivando e enfatizando a construção desse novo modelo de cultura organizacional, que visa a inserção dos critérios de sustentabilidade em todas as atividades da Instituição.

Como se sabe, igualmente se faz necessário considerar os aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável e, quanto ao panorama que constitui esse tripé, podemos observar mudanças que precisam ser continuadas e aperfeiçoadas quanto aos planos de ação, em especial aquelas que obtiveram resultados mais tímidos ou aqueles que mantiveram consumo sem redução e sem resultados de economia dos recursos públicos, nem impactos benéficos ao meio ambiente.

Sobre o aspecto social, em 2019, o Núcleo Estratégico Socioambiental procurou nas feirinhas de alimentos orgânicos realizadas todas as sextas feiras no saguão do Tribunal convidar o produtor rural e fornecedor dos alimentos a realizar vendas a preços mais reduzidos para as funcionárias e funcionários da limpeza e demais terceirizados que se interessassem nas aquisições.

Esse pequeno movimento motivou as funcionárias a participarem das feiras, ainda que timidamente, dando preferência para os alimentos orgânicos, produzidos pela economia local. Considera-se uma pequena e boa prática de gestão sustentável na Justiça Eleitoral mato-grossense que, infelizmente, não se tem estimativa de quando será possível retomar.

Sobre a criação de unidade ou núcleo socioambiental para implantar o Plano de Logística Sustentável (PLS/TRE-MT), esta medida se deu por meio da edição da Resolução TRE-MT nº 2350, de 29/8/2019 que criou o Núcleo Socioambiental e de Acessibilidade, reunindo essas duas grandes e importantes frentes de trabalho no âmbito da Instituição, que, a partir de 15/10/2020, passou a integrar a estrutura da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (Resolução TRE-MT nº 2.533, de 9/10/2020), lançando novas expectativas sobre o adequado monitoramento do plano no exercício de 2021.

CONCLUSÃO

O PLS/TRE-MT será sempre uma obra em progresso, com revisões e correção de rumo constantes à medida que seus objetivos e metas forem alcançados ou reavaliados. Mas será também um farol para indicar esses rumos, com um olhar para o futuro.

Essa construção baseia-se em experiências de sucesso realizadas ou em curso, ações concretas, espírito de colaboração no presente; constitui-se no cenário desejado a partir do que foi possível realizar durante a pandemia do Covid-19. Ao mesmo tempo, mantém o olhar atento para as tendências menos conhecidas, que hoje parecem ousadas ou distantes da realidade do Tribunal, mas que em breve poderão se tornar orientadoras de práticas cotidianas.

Esta versão do Relatório de Desempenho resume os pontos mais importantes do PLS/TRE-MT, respeitando a estrutura da sua versão integral, de forma a facilitar sua leitura. O PLS/TRE-MT na íntegra, com os anexos contendo documentos que consubstanciam suas análises, propostas e conclusões, encontra-se disponível eletronicamente, no site www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental.